



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Edital**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2023 – SEDUC/GO**

**PROCESSO Nº 2023.0000.610.1897  
INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual e futura(s) aquisição equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo de Referência.

**ABERTURA:** 12 de dezembro de 2023 às 9 horas.

**Obs. Horário de Brasília.**

**CÓDIGO OFERTA DE COMPRA:** 60182

Nos termos do art. 25, do Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020, a publicidade da presente licitação se deu por meio eletrônico via [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) em 29.11.2023 [www.educacao.go.gov.br](http://www.educacao.go.gov.br) e por Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.171, de 29.11.2023, Diário Oficial da União nº 226, de 29.11.2023 e Diário do Estado de 29.11.2023.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2023 – SEDUC/GO**

O Estado de Goiás, pela Secretaria de Estado da Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 1459/2023 - SEDUC-GAB/SEDUC, torna público, para conhecimento dos interessados que está disponível no endereço abaixo ou por meio do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.seduc.go.gov.br](http://www.seduc.go.gov.br) o Edital de Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2023, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, ficando disponível os itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 14 a 31 Exclusivo ME/EPP, os itens 06, 08 e 12 para Disputa Geral e os itens 09 e 13 em atendimento ao disposto nos arts. 9º da Lei estadual nº 17.928/12 estabelecida a Cota Reservada para Disputa entre ME/EPP e ainda observando os §1º e 2º da referida Lei, oriundo do Processo nº 2023.0000.610.1897, que objeto é o Registro de Preços para eventual e futura(s) aquisição equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, estando a presente licitação e consequente contratação regidas pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Estadual nº 9.666/2020, Decreto estadual nº 7.437, de 06 de setembro de 2011 e pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto estadual nº 7.437, de 06 de setembro de 2011 e demais normas vigentes à matéria.

**PARTICIPAÇÃO:** Itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 14 31 - Exclusivo ME/EPP, Itens 06, 08 e 12 - Disputa Geral e Itens 09 e 13 - Cota Reservada ME/EPP.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Por ITEM

**DATA DE ABERTURA:** 12.12.2023 às 9h

**Local de realização:** [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br)

**Fundamento Legal:** Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Estadual nº 9.666/2020, Lei Estadual nº 17.928 de 27.12.2012, Lei Complementar Estadual nº 117 de 05/10/2015, Decreto Estadual nº 7.466/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**Obtenção do Edital:** [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.educacao.go.gov.br](http://www.educacao.go.gov.br)

**Informações:** (62) 3220-9571

Gerência de Licitação – GEL/SGA/SEDUC - GO  
Quinta Avenida, nº 212, St. Leste Vila Nova, Goiânia - GO - 74.643-010  
Fone: (62) 3220-9571

**EDITAL DE LICITAÇÃO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2023**

A Secretaria de Estado da Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1459/2022 - SEDUC, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, ficando disponível os itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 14 a 31 Exclusivo ME/EPP, os itens 06, 08 e 12 para Disputa Geral e os itens 09 e 13 em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei estadual nº 17.928/12 estabelecida a Cota Reservada para Disputa entre ME/EPP e ainda observando os §1º e 2º da referida Lei, em sessão pública eletrônica, por meio do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), nos termos da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 9.666/2020 e pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, Lei Complementar nº 144 de 24 de julho de 2018, Decreto estadual nº 7.437, de 06 de setembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria, bem como das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1. CONDIÇÕES GERAIS**

- 1.1. O Pregão Eletrônico SRP será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet, no sítio [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) (art. 5º, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 1.2. O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame (art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

- 1.3. O Pregão Eletrônico SRP será conduzido pela Secretaria de Estado da Educação, com apoio técnico e operacional à Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística da Secretaria de Estado da Administração, que atuará como provedor do Sistema de Compras do Estado de Goiás (art. 12 do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 1.4. As dúvidas quanto à operacionalização do sistema deverão ser dirimidas pelo telefone: 62. 3201-6515.

## 2. O OBJETO

- 2.1. **Registro de Preços para eventual e futura(s)** aquisição equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 2.2. Os quantitativos objeto deste Pregão encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 2.3. Os valores de referência unitários e totais, aferidos com base em pesquisa de mercado, encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 2.4. Deverão ser observadas as especificações completas, condições, exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 2.5. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante do Edital e seus anexos e a descrição do objeto constante nos sites [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.seduc.go.gov.br](http://www.seduc.go.gov.br), **prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital e seus anexos.**

## 3. DO LOCAL, DATA E HORA

- 3.1. O Pregão Eletrônico SRP será realizado em sessão pública eletrônica, por meio do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), no dia **12.12.2023** a partir das **9 horas**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 3.2. As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas, por meio do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), no período compreendido entre o dia **29.11.2023** até às **8h59min** do dia **12.12.2023**. **O encaminhamento das propostas comerciais: é a partir da data da divulgação do Edital até a data e horário da sessão de abertura** (art. 26, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 3.3. Para os itens **01, 02, 03, 04, 05, 07, 10, 11, 14** a **31**, poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa apenas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determinação do art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sem prejuízo das suas participações quanto ao restante.
- 3.4. A fase competitiva de lances terá início às **9h10min** do dia **12.12.23** e terá duração de **10 (dez)** minutos;
- 3.4.1. Será iniciado o procedimento de encerramento a partir das **9h20min**, na forma do item 9.10 e subitens seguintes deste Edital;
- 3.5. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF (UTC -03:00) e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;
- 3.6. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, devendo observar rigorosamente os prazos limites (data e horário) para recebimento das propostas, bem como para início da sessão de disputa de preços, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 3.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido e no mesmo endereço eletrônico, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## 4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 4.1. Qualquer pessoa ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos deste Edital e seus anexos;
- 4.2. Os pedidos de esclarecimentos ou Impugnações deverão ser enviadas ao Pregoeiro em até 03 (dias) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio de documento devidamente assinado e redigido em papel timbrado (caso seja empresa), a ser encaminhado por meio do sistema [comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) (art. 23 do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 4.2.1. Não serão conhecidas as impugnações recebidas pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio após o prazo definido no item 4.2;
- 4.2.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do pedido (art. 23, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame (art. 24, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020), exceto a hipótese descrito no item 4.4 (art. 24, § 3º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 4.4. Possíveis retificações do Edital, por iniciativas de ofício ou provocadas por eventual procedência de impugnação, serão publicadas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido e sendo designada nova data para a realização do certame caso a modificação altere a formulação das propostas;
- 4.5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado e serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração (art. 23, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

### 5.1. Poderão participar do Pregão:

- 5.1.1. Do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas;
- 5.1.2. Que atendam as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 5.1.3. Empresa que esteja reunida em consórcio, conforme art. 33, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 5.1.4. Que estejam previamente credenciadas no [Comprasnet.go](http://Comprasnet.go);
- 5.1.4. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;
- 5.1.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas. A Secretaria de Estado da Educação - SEDUC não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

### 5.2. Não poderão participar deste Pregão:

- 5.2.1. Empresa suspensa perante o CADFOR, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 5.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás e Governo Federal, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- 5.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 5.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 5.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 5.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, incorporação, concurso de credores ou em liquidação;
- 5.2.8.1) As licitantes em processo de Recuperação Judicial que apresentarem Certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial, de forma a possibilitar a habilitação de maior número de empresas, NÃO SERÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR;
- 5.2.9. Também não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93:
- I.O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica;
- II.Empresa que possua em seu quadro societário ou de pessoal servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação, bem como empresa que possua proprietário, sócio ou dirigente que seja cônjuge ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação;
- 5.2.9.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem 5.2.9, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do Termo de Referência e a Licitante, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;
- 5.2.9.2. O disposto no item 5.2.9 aplica-se também aos membros da Comissão de Licitação, ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio.

## 6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 6.1. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 123/2006, serão assegurados os seguintes benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:
- I.Preferência de contratação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens destinados à disputa geral, conforme o subitem 9.19 deste Edital;
- II.Prazo para regularização de restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista na forma do item 11.16 deste Edital, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 c/c do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 147/2014;

- 6.2. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo 3º, §4º, da referida Lei;
- 6.3. Para usufruir dos benefícios, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar-se como tal no início ao efetuar seu credenciamento. Caso venha a lograr-se vencedora, deverá comprovar tal condição;
- 6.4. O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006;
- 6.5. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e a consequente aplicação das sanções cabíveis.

#### 7. DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET.GO

- 7.1. É condição obrigatória para a participação neste Pregão que o interessado realize o credenciamento no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Estado de Administração (SEAD) no endereço eletrônico [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), bem como providenciar o envio de toda a documentação exigida, até o 5º (quinto) dia útil anterior à data prevista para o registro das propostas, nos termos da Instrução Normativa nº 004/2011-GS/SEGPLAN;
- 7.1.1. Não havendo pendências documentais, o CADFOR homologará o cadastro no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação completa, excluindo-se o dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD;
- 7.1.2. O simples pré-cadastro no site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) não dará direito à licitante de credenciar-se no sistema, em razão do bloqueio inicial do login e senha cadastrados. O CADFOR só realizará o desbloqueio do login e senha após a homologação do cadastro, cujo registro passará a ter status "homologado";
- 7.1.3. O credenciamento implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das operações inerentes a este Pregão Eletrônico;
- 7.2. Informações complementares para cadastro no CADFOR poderão ser obtidas através dos telefones (62) 3201-6576 e (62) 3201-6625.;
- 7.3. Os interessados poderão se valer do SICAF – Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores da Administração Federal ou de outros cadastros que atendam aos requisitos previstos na legislação geral. Neste caso, deverão solicitar ao CADFOR seu cadastramento simplificado – apresentado o respectivo certificado de registro cadastral devidamente regular – e estarão dispensados de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, e seu registro passará a ter status "credenciado";
- 7.4. Se a licitante que optar pelo cadastramento simplificado lograr-se vencedor do certame, deverá o mesmo providenciar a sua inscrição completa no CADFOR, como condição obrigatória para a contratação;
- 7.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SEDUC responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 7.6. Caberá à licitante comunicar imediatamente o provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

#### 8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Nos termos do Art. 19, II, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os **documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;
- 8.2. O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. Só será aceita uma proposta para cada item/ lote de interesse da licitante;
- 8.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do CRC do CADFOR, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema;
- 8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;
- 8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema (art. 26, § 6º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 8.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;
- 8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 8.9. Os **documentos complementares à proposta e à habilitação**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo estipulado de **4 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação, conforme previsão do § 2º, do art. 38, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, descrito no item/lote.

#### 9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;
- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (art. 28 do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 28, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes;
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente (intervalo mínimo de **R\$1,00 (um real)**) por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro (art. 30, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor do item**;
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos (intervalo mínimo de **R\$ 1,00 (dum real)**), observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital (art. 30, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. §3º, art. 30, Decreto Estadual nº 9.666/2020;
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**;
- 9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances;
- 9.10. Será adotado para envio de lances no Pregão Eletrônico SRP o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações (art. 31, inciso I, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.10.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública (art. 32, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.10.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;
- 9.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida na alínea anterior, a sessão pública será encerrada automaticamente (art. 32, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 9.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Administração do sistema [comprasnet.go.gov.br](http://comprasnet.go.gov.br) (art. 35 do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 9.12.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema;
- 9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 9.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 9.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação (art. 35 do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

9.17. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item** conforme definido neste Edital e seus anexos;

a) Para os itens **009 e 013** poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa apenas **microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme determinação do art. 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 17.928/2012. **“Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.”** Caso a licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, não comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não tenha se declarado nesta condição ao sistema, a mesma será desclassificada;

b) Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

9.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

9.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

9.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

9.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento;

9.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

1. no país;
2. por empresas brasileiras;
3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas;

9.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital (art. 38, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

9.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 38, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

9.29. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados (art. 38, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

9.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 39 do Decreto Estadual nº 9.666/2020;

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Para efeito de comprovação da exequibilidade, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I. Questionamento ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

II. Pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas;

III. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha ou tenha celebrado com a Administração ou com a iniciativa privada;

IV. Pesquisa de preço no mercado;

V. Verificação de notas fiscais de outros fornecimentos executados pelo proponente;

VI. Estudos setoriais;

VII. Consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Estadual ou Municipal;

VIII. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a execução do objeto; e

IX. Demais diligências que porventura se fizerem necessárias.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5. O Pregoeiro deverá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **4 (quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta (art. 38, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

10.6. Se a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes (art. 44, §4º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

10.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade (art. 48, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

10.8. O Pregoeiro **deverá** encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital (art. 38, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

10.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada (art. 38, § 1º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

10.8.2. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

10.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

10.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

#### 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. CRC do CADFOR ([www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br));

11.1.2. Certidão negativa/positiva de penalidades ([www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br));

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

- 11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;
- 11.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do CRC do CADFOR, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica;
- 11.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CRC do CADFOR para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;
- 11.5.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 44, §3º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020;
- 11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **4 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação;
- 11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;
- 11.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;
- 11.10. Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### 11.11. Habilitação jurídica:

- 11.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 11.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 11.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 11.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 11.11.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, devidamente publicado e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 11.11.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### 11.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 11.12.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação de:
- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda;
  - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
  - Prova de regularidade para com a **Fazenda Pública Federal** por meio de Certidão Conjunta emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa à Dívida Ativa da União e aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiro, expedida pelo Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- OBS: As comprovações pertinentes aos itens “c” e “d” serão alcançadas por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados.**
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em Dívida Ativa expedida pela Secretaria de Estado da Economia ou equivalente da Unidade da Federação onde a Licitante tem sua sede;
  - Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do **Estado de Goiás**, por meio de Certidão de Débito Inscrição em Dívida Ativa – Negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Economia;
  - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (**Tributos Mobiliários**), por meio de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a Licitante tem sua sede;
  - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
  - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011;
  - Certidão Negativa de Suspensão e/ou Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do § 4º, art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.425/2011;
  - Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal e trabalhista deverá ser de ambas;
  - Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, nos termos do Art. 42. da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.12.2. Será admitida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mediante a apresentação de certidão positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei.

#### 11.13. Qualificação Econômico-Financeira

- 11.13.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação de:
- Balanco Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis;
  - O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis;
  - Quando Sociedade Anônima – S.A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado da Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76;
  - A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, e deverá, preferencialmente, ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investida, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

##### Onde:

ILG = índice de liquidez geral  
 ILC = índice de liquidez corrente  
 ISG = índice de solvência geral

- $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$  AT = ativo total
- $ILC = (AC) / (PC) \geq 1$  AC = ativo circulante
- $ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$  RLP = realizável a longo prazo

PC = passivo circulante  
 ELP = exigível a longo prazo  
 PL = patrimônio líquido

- b.1) A Licitante que apresentar resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, quando de sua habilitação, estará inabilitada, exceto se comprovar capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação que estará dispensada de apresentação dos referidos índices;
- b.2) Na forma do Decreto Estadual nº 7.804 de 20 de fevereiro de 2013, na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, **não** será exigida de **microempresa ou da empresa de pequeno porte** a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;
- c) Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido na alínea "a" acima;
- d) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (ou equivalente, na forma da Lei) expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante ou site eletrônico, com indicação do prazo de validade e não havendo somente será aceita com **data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da proposta**. Se a Comarca possuir mais de um Cartório Distribuidor, deverá ser apresentada Certidão de todos os Cartórios Distribuidores existentes na Comarca. **Caso a participação no certame seja da filial, a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial deverá ser da filial e da matriz;**

#### 11.14. Qualificação Técnica

11.14.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, em nome da licitante, pertinente e compatível em prazo e características com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através do qual fique comprovada a capacidade de fornecimento de no mínimo 10% (dez por cento) da quantidade estimada dos itens:

a) Admitir-se ao somatório dos quantitativos consignados em atestados que comprovem o fornecimento do objeto.

11.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

11.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

11.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

11.16.1. O tratamento favorecido previsto no subitem anterior somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição;

11.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

11.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma;

11.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

11.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

11.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

**11.22. Declaração de atendimento ao inc. V, art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e inc. XXXIII, art. 7º da constituição federal de 1.988 e art. 43, inciso XIII, do decreto estadual nº 9.666/2020).**

#### 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **4 (quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

12.1.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for no caso descumprimento (art. 5º, V, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);

12.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93);

12.3. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

12.3.1. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

12.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

12.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação;

12.6. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

12.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

12.8. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

12.9. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título;

12.10. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos. **Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS** conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operações e prestações internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal;

12.11. Por determinação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 1203/2013, para as empresas estabelecidas em Goiás que se enquadrem na situação do item 12.11, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. **O valor líquido será aquele registrado no sistema ComprasNet.GO, e será considerado como base para etapa de lances.** O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido;

12.12. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

1. Nome da empresa, CNPJ, endereço, fone/fax, n.º da conta corrente, Banco, n.º da agência, nome do responsável que assinará o contrato;
2. Para empresas estabelecidas em Goiás, deverá ser informado na Proposta se a empresa é contribuinte de ICMS e se é optante do SIMPLES;
3. Inserir n.º do Pregão; n.º do item ou n.º do lote que se refere;
4. Preço em Real, unitário e total, com no máximo duas casas decimais, no qual deverão estar inclusas todas as despesas que influam nos custos. No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso, prevalecerá esse último. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação como(a) Pregoeiro(a);
5. Descrição do objeto ofertado, com a quantidade licitada e com a indicação da marca, que deverá ser a mesma informada quando do cadastramento da proposta no comprasnet.go;
6. Prazo de validade da proposta de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será esse considerado;
7. Data e assinatura do responsável;
8. Indicação expressa do nome do signatário que assinará o contrato.

12.13. Caso julgue necessário, o Pregoeiro encaminhará a proposta comercial à unidade técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, para análise e manifestação quanto à aceitabilidade das especificações técnicas;

12.14. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar as informações prestadas pelo licitante em sua proposta e em eventuais documentos a ela anexados, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta;

12.15. O ônus da exequibilidade da proposta caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.

#### 13. DA AMOSTRA

13.1. Em caso de entrega de catálogo, estes poderão ser entregues juntamente com a documentação relativa à proposta da licitante. As amostras físicas somente serão solicitadas quando o objeto não puder ser devidamente identificado por intermédio de catálogos;

- 13.2. A amostra física, deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, se for o caso, conter os respectivos prospectos e manuais, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo;
- 13.3. Os exemplares colocados à disposição da Contratada serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe responsável pela análise, bem como submetidos aos testes necessários;
- 13.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Contratada todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;
- 13.5. Será considerada aprovada a amostra que atender todos os critérios técnicos exigidos nas especificações;
- 13.6. Caso a amostra física seja aprovada, poderá ser contabilizada como uma unidade fornecida;
- 13.7. O responsável pelo recebimento deverá documentar nos autos, de imediato, o recebimento da amostra;
- 13.8. Os parâmetros a serem utilizados para a análise será pela constatação das especificações técnicas contidas no Termo de Referência, quanto ao peso, dimensões, textura e características do objeto, que deverá ser apresentada no prazo estabelecido, de forma física e quando autorizado pelo requisitante responsável, por folder, mostruário ou catálogo, os quais deverão ser anexados ao processo.
- 13.9. A licitante que tiver seu produto reprovado, terá o prazo de 3 (três) dias para interpor o recurso, que no caso o Núcleo do Escritório de Projetos, deverá emitir uma resposta para empresa no prazo máximo de 03 (três) dias.
- 13.10. A comissão deverá anexar aos autos relatório com análise das amostras, aprovadas ou reprovadas, os métodos para elaboração do documento serão conforme item 13.9.

#### 14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema (art. 45, caput, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente;
- 14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 14.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso, conforme § 3º do Art. 45 do Decreto Estadual nº 9.666/2020;
- 14.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 45, § 2º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 45, § 4º, do Decreto Estadual nº 9.666/2020);
- 14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital;
- 14.5. Não serão conhecidas as intenções de recursos, razões e contrarrazões, interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo *chat*, por fax, correios ou entregues pessoalmente;
- 14.6. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo para o lote/item que disser respeito;
- 14.7. O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo Pregoeiro no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão;

#### 15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- 15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- 15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;
- 15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fax-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- 15.2.2. A convocação feita por e-mail ou fax-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADFOR, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### 16. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 16.1. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, a Licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.1. Nos termos do art. 6º, inc. I, da Lei Estadual nº 19.754/17, para fins de assinatura do contrato será efetuada Consulta ao CADIN ESTADUAL – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, não podendo a empresa constar como inclusa no mesmo;
- 16.2. Certidão negativa/positiva de penalidades ([www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br));
- 16.3. A licitante vencedora deverá providenciar sua inscrição no Cadastro de Fornecedores – CADFOR no site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), com a entrega dos documentos solicitados pelo setor competente nos termos da Instrução Normativa nº 004/2011-GS/SEGPLAN, como condição obrigatória para a sua contratação, e entregar o consequente Certificado de Registro Cadastral – CRC, no mesmo prazo para assinatura do contrato, nos termos do item 16.1 deste Edital;
- 16.3.1. Não havendo pendências documentais, o CADFOR homologará o cadastro no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação completa, excluindo-se o dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD;
- 16.3.2. Informações complementares para cadastro no CADFOR poderão ser obtidas por meio dos telefones (62) 3201-6576 e (62) 3201-6625;
- 16.4. É facultado à Administração, quando o convocado não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato e a Ata de Registro de preços, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, nos termos do art. 49, §2º, do Decreto estadual nº 9.666/2020;
- 16.4.1. Não havendo pendências documentais, o CADFOR homologará o cadastro no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação completa, excluindo-se o dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD;
- 16.4.2. Informações complementares para cadastro no CADFOR poderão ser obtidas por meio dos telefones (62) 3201-6576 e (62) 3201-6625;
- 16.5. Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente;
- 16.6. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o termo do contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a assinar a Ata de Registro de Preços fora do prazo de validade da proposta ou se negarem aceitar a contratação fora da validade da Ata de Registro de Preços;
- 16.7. Conforme determina o Art. 1º da Lei Estadual 20.489/2019, para celebração de contratos cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para obras e serviços de engenharia e R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta dias), a licitante vencedora deverá apresentar declaração informando da existência do Programa de Integridade na empresa nos termos do Art. 5º da Lei 20.489/2019;**
- 16.8. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação. Se, por ocasião da assinatura do contrato e/ou emissão da nota de empenho, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Estadual, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 16.9. No momento da contratação e durante a vigência do ajuste, sempre que a Administração o requerer, a Contratada deverá apresentar relação de todos os sócios que compõem seu quadro social;
- 16.10. Para fins de assinatura do contrato, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN;**
- 16.12. Para se cadastrar, o usuário externo deverá acessar o site: [http://sei.goias.gov.br/como\\_se\\_cadastrar.php](http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar.php) e seguir todas as orientações ali dispostas;
- 16.13. A gestão do Sistema Eletrônico de Informações – SEI é realizado pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD. Para mais informações quanto ao cadastro, entrar em contato nos telefones (62) 3201-6507 / 3201-6555 / 3201-6565 ou e-mail: [sei@sead.go.gov.br](mailto:sei@sead.go.gov.br).

#### 17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 17.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro às licitantes vencedoras dos respectivos itens, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação;
- 17.2. A homologação da presente licitação compete a Secretária de Estado da Educação (art. 46 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

#### 18. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

- 18.1. A entrega dos materiais deverá ser integral e imediata após a emissão da Ordem de Fornecimento na sede da Secretaria Estadual de Educação, situada na Quinta Avenida, Quadra 71, n.º 212, Setor Leste Vila Nova, CEP 74643-030, Goiânia-GO, no horário e data agendados com a Gerência de Patrimônio, fone: (62) 3220-9518.

- 18.2. O transporte e a entrega dos itens licitados, objeto do Termo de Referência, são de responsabilidade da empresa (contratada), inclusive a descarga;
- 18.3. Fica assegurado ao Órgão Contratante o direito de rejeitar os equipamentos entregues em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, ficando a empresa (contratada) obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo descrito no item 5.5 deste Termo de Referência.
- 18.4. Caso a substituição dos equipamentos não ocorra no prazo determinado, estará a empresa (contratada) incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;
- 18.5. O aceite ou aprovação dos equipamentos pelo Órgão Contratante não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional da empresa (Contratada) por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas do Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;

#### 19. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 19.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado servidor representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 19.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 19.4. A vigência do contrato terá como prazo total de 4 (quatro) meses.

#### 20. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

- 20.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto.

#### 21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas neste Edital. O prazo da convocação poderá ser prorrogado, a critério da administração, quando solicitado pelo licitante vencedor do certame durante o transcurso do referido prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceite pelo órgão Gerenciador.
- 21.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, não sendo admitida qualquer prorrogação além de 01 (um) ano, em obediência a Lei Estadual nº. 17.928/2012.
- 21.2.1 Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

#### 22. DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 22.1 Será registrado o valor do licitante vencedor, observando-se o seguinte:
- a) o preço registrado e a indicação do respectivo fornecedor serão divulgados em órgão oficial do Estado e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b) Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote/item.
- 22.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que comprovada previamente a vantagem técnico-econômica. Assegura-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em caso de igualdade de condições, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta, tantas vezes quantas necessitar a Administração.
- 22.3. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a [Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN](#).

#### 23. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, mediante justificativa da autoridade competente, exceto quanto aos acréscimos de quantitativos, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 quanto aos limites quantitativos para alterações contratuais.
- 23.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 23.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao valor praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:
- a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.
- 23.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, em razão desse fato, comprovar a sua impossibilidade de cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
- 23.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### 24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 24.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) estiverem presentes razões de interesse público devidamente justificadas;
- e) por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.
- 24.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item 24.1 acima, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 24.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 24.4 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) inexistência de saldo remanescente.

#### 25. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 25.1 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência de 12 (doze) meses contado a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás. Poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 25.2 Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora, para que esta autorize a sua utilização e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 25.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.
- 25.4 A liberação da participação na Ata de Registro de Preço resultante de licitações promovidas pelo Estado de Goiás, para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder, na sua totalidade, a 100 (cem) por cento dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços.
- 25.5 A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelos adjudicatários, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.

**26. DO CADASTRO NO SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO**

26.1. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, conforme a Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN.

26.2. O usuário a ser cadastrado será aquele que assinará a Ata de Registro de Preços e os contratos, e, portanto, deverá possuir poderes de representação para tal fim.

26.3. Para se cadastrar, o “usuário externo” deverá acessar o site [sei.goias.gov.br/como\\_se\\_cadastrar](http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar) e seguir todas as orientações ali dispostas.

26.4. A gestão do Sistema Eletrônico de Informações é realizada pela Secretaria de Estado de Administração – SEAD. Maiores informações quanto ao cadastro poderão ser obtidas nos telefones (62) 3201-5723/5727 ou e-mail [sei@goias.gov.br](mailto:sei@goias.gov.br).

**27. DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

27.1. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

27.2. Como condição para formalização da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

27.3. A recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita ao licitante que se negar a aceitar a Ata de Registro de Preços fora da validade de suas propostas.

27.4. Se o licitante vencedor não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo ao registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

27.5. Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

**28. DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO**

28.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

**29. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

29.1. Os preços serão fixos e irremovíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

29.2. Ultrapassado o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o contrato poderá ser reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = PO \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

PO = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA<sub>n</sub> = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA<sub>0</sub> = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

**30. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

São formas/hipóteses de rescisão:

30.1. Mútuo interesse e acordo entre as partes, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, tendo a CONTRATADA direito de receber o valor dos serviços executados;

30.2. O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à CONTRATADA a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pela execução do contrato; e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta;

30.3. Unilateralmente pela CONTRATANTE sem pagamento de qualquer indenização independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, após apuração de responsabilidade em razão de qualquer das condutas previstas no item DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

30.4. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

30.5. Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE suprimir os serviços além dos limites legais do valor inicial do contrato;

30.6. Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

30.7. Proposto pela CONTRATADA, em decorrência do atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

30.8. Proposto pela CONTRATADA, na hipótese de não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

30.9. Proposto por qualquer das partes, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

30.10. Os casos de rescisão unilateral acarretarão as consequências previstas no Artigo 80 da Lei federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações, sem prejuízo das sanções previstas no contrato e na legislação de regência.

30.11. Estarão assegurados os direitos da Administração nos casos de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**31. DO PAGAMENTO**

31.1. Após a entrega dos bens ou prestação dos serviços, a contratada deverá protocolizar a Nota Fiscal/Fatura correspondente na Secretaria de Estado da Educação.

31.2. Deverá ser indicado, no corpo da Nota Fiscal ou Fatura, o número do processo de contratação da SEDUC a que se refere, para facilitar a remessa do documento para atestação pelo Gestor.

31.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

31.4. Os pagamentos somente serão efetivados por meio de crédito em conta-corrente em qualquer instituição financeira em que o favorecido seja correntista, nos termos da Lei Estadual n.º 21.434/2022.

31.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 31.3 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

31.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

31.7. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a SEDUC efetuará as devidas retenções nos pagamentos.

31.8. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a CONTRATADA fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365) \text{ onde:}$$

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

31.9. Para a emissão da Nota Fiscal/Fatura, o número do CNPJ da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO é 01.409.705/0001-20.

**32. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

32.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto correrão à conta dos recursos consignados no orçamento dos órgãos e Entidades participantes do Registro de Preços, para os exercícios pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

**33. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

33.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II – não entregar a documentação exigida no edital;
- III – apresentar documentação falsa;
- IV – causar o atraso na execução do objeto;
- V – não manter a proposta;
- VI – falhar na execução do contrato;
- VII – fraudar a execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo;
- IX – declarar informações falsas; e
- X – cometer fraude fiscal.

33.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

33.3. Além das infrações enumeradas acima, as condutas a seguir elencadas podem resultar em rescisão unilateral do contrato:

33.3.1 Se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;

33.3.2 Se for decretada falência ou concordata (recuperação judicial), da CONTRATADA;

33.3.3 Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

33.3.4 Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

33.3.5 A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado;

33.3.6 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

33.3.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

33.3.8 O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

33.3.9 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

33.4 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

33.4. As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

33.5. As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

33.6. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

33.7. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

33.8. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

**34. DISPOSIÇÕES GERAIS**

34.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

34.2 O Registro de Preços poderá ser cancelado, por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado, conforme determinação do Art. 9º, inciso XII do Decreto Estadual nº 7.437/2011.

34.3 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

34.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

34.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

34.6. As licitantes deverão acessar diariamente o site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) a fim de tomar ciência dos comunicados de eventuais alterações no Edital e informações sobre o andamento da realização da sessão do Pregão.

34.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

34.8. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como não importem em vantagem a uma ou mais licitantes em detrimento das demais.

34.9. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do preço ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

34.10. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

34.11. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

34.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SEDUC.

34.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou da execução do objeto licitado.

34.14. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato e execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

34.15. A SEDUC reserva-se o direito de alterar as condições deste Edital e reabrir prazo para apresentação de propostas, quando a alteração afetar a formulação da proposta.

34.16. A Secretária de Estado da Educação compete ANULAR este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e REVOGAR o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado (art. 51 do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

34.17. A anulação do Pregão induz à do contrato.

34.18. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (art. 51, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 9.666/2020).

34.19. Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a SEDUC deverá promover a apuração quanto à responsabilidade dos licitantes envolvidos.

34.20. Para as questões resultantes deste instrumento, fica eleito o foro de Goiânia-GO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

**35. ANEXOS**

35.1. São partes integrantes deste Edital, os anexos seguintes:

**ANEXO I** – Termo de Referência

**ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preços

**ANEXO III** – Minuta do Contrato

**ANEXO IV** – Declaração de enquadramento ao Art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93

**ANEXO V** – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO VI – Relação de Documentos que poderão ser substituídos pela apresentação Certificado de Registro Cadastral – CRC

Goiânia, 28 de novembro de 2023.

Ana Karolyne Fernandes Peixoto  
Pregoeira SEDUC/GO

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência aquisição equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, na modalidade REGISTRO DE PREÇO, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC.

##### 2. JUSTIFICATIVA

Por meio desse Processo, a Secretaria de Estado da Educação formalizou processo de aquisição para adquirir Equipamentos Técnicos, para atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura (Gerência de Projetos e Infraestrutura - GEPI-16078 e Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras - GEFAO-16080), no que tange o material de trabalho diário dos profissionais.

A aquisição dos materiais solicitados são necessários para o aumento da precisão e da produtividade do trabalho, visto que equipamentos técnicos avançados podem oferecer medições e resultados mais precisos do que métodos tradicionais. Isso é especialmente importante em projetos que exigem alta precisão, como construções complexas, cálculos estruturais, avaliações de terrenos e levantamentos topográficos.

Os equipamentos modernos podem ajudar a aumentar a eficiência e produtividade nos projetos de engenharia e arquitetura. Por exemplo, uma trena a laser pode realizar medições rápidas e precisas, economizando tempo em comparação com métodos manuais. Softwares de modelagem 3D e CAD (Computer-Aided Design) podem acelerar o processo de criação de projetos e facilitar a colaboração entre equipes.

Equipamentos técnicos avançados podem minimizar erros humanos e reduzir a necessidade de retrabalho. Isso pode resultar em economia de tempo e recursos financeiros. Por exemplo, o uso de scanners 3D pode capturar com precisão a geometria de um ambiente existente, reduzindo a chance de erros de dimensionamento em projetos de retrofit.

A indústria da engenharia e arquitetura está em constante evolução, com novas tecnologias e técnicas surgindo regularmente. A aquisição de equipamentos técnicos atualizados permite que os profissionais acompanhem essas tendências e inovações, oferecendo serviços de alta qualidade e mantendo-se competitivos no mercado.

Em alguns casos, a aquisição de equipamentos técnicos é necessária para cumprir requisitos regulatórios ou normas técnicas específicas. Por exemplo, em projetos de construção, podem ser exigidas medições precisas de acordo com as normas de segurança e qualidade estabelecidas. Melhoria da imagem profissional: A utilização de equipamentos técnicos avançados pode melhorar a imagem profissional de engenheiros e arquitetos, transmitindo confiabilidade e expertise a comunidade. Isso pode ser especialmente relevante ao competir por projetos de maior porte, como os executados por essa pasta.

Esses equipamentos visa ainda atender uma fiscalização mais precisa, visto que a fiscalização de obras de engenharia é uma atividade muito importante para garantir a qualidade, segurança e conformidade das construções.

A Superintendência de Infraestrutura, por meio das gerências de Fiscalização e Acompanhamento de Obras (GEFAO) e Gerência de Projetos e Infraestrutura (GEPI), no qual a GEPI é responsável pelos levantamentos in loco, elaboração de projetos, memoriais, relatórios técnicos, laudos e planilhas orçamentárias - itens relacionados à intervenções nas estruturas físicas dos edifícios jurisdicionados à Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC), no qual conta com arquitetos, engenheiros, agrimensores e servidores administrativos e GEFAO é responsável pela fiscalização das obras licitadas, elaboração de relatórios técnicos e laudos - itens relacionados à intervenções nas estruturas físicas dos edifícios jurisdicionados à Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC), no qual conta com arquitetos, engenheiros civil e engenheiros eletricitas, além de servidores administrativos.

Esclarecemos que realização dos serviços de ambas gerências necessitam de auxílio de equipamentos, para que possa identificar as especificidades de cada edificação para realizar as intervenções essenciais. Algumas das identificações que devem ser realizadas nas edificações são: presença e localização de elementos estruturais (pilares, vigas, lajes), presença de instalações elétricas, realização de medições, identificação de níveis, espessura de peças metálicas, medições de terrenos, dentre outros serviços. Sem as informações corretas é possível que os projetos não atendem a realidade da edificação, podendo acarretar na elaboração de aditivos para completa execução dos serviços.

##### 3. ITENS E QUANTITATIVOS A SEREM ADQUIRIDOS

3.1. O presente Termo de Referência tem como objeto aquisição de equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, na modalidade REGISTRO DE PREÇO, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC, na quantidade e descrição apresentado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BOTINA DE PROTEÇÃO EM COURO NOBUCK CAFÉ E FECHAMENTO EM CADARÇO	Unid.	255	R\$ 120,48	R\$ 30.722,40
2	CAPACETE DE SEGURANÇA, CLASSE B. COM CARNEIRA DE AJUSTE FÁCIL	Unid.	219	R\$43,71	R\$ 9.572,49
3	COLETE UNISSEX, COM GOLA REDONDA EM BRIM CINZA (CONFORME ESPECIFICAÇÃO CMYK DE COR E TONALIDADE)	Unid.	225	R\$78,33	R\$ 17.624,25
4	LUVA ANTICORTE DE POLIETILENO ALTA DENSIDADE COM BANHO DE PU	Unid.	235	R\$ 36,87	R\$ 8.664,45
5	LUVA EMBORRACHADA NITRILICA COM PUNHO LONGO, COM FORRO	Unid.	58	R\$ 25,60	R\$ 1.484,80
6	TRENA A LASER 50M GLM PROFISSIONAL A BATERIA	Unid.	119	R\$ 782,57	R\$ 93.125,83
7	TRENA MANUAL COM FITA METÁLICA 10M X 25MM EMBORRACHADA	Unid.	84	R\$ 50,95	R\$ 4.279,80
8	DRONE PROFISSIONAL COM CÂMERA HD ALTA RESOLUÇÃO (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Unid.	16	R\$ 10.187,76	R\$ 163.004,16
9	DRONE PROFISSIONAL COM CÂMERA HD ALTA RESOLUÇÃO (COTA RESERVADA ME EPP)	Unid.	6	R\$ 10.187,76	R\$ 61.126,56
10	PRANCHETA FÓRMICA A4	Unid.	226	R\$ 13,76	R\$ 3.109,76
11	PAQUÍMETRO DIGITAL 150MM 0,1MM PROFISSIONAL	Unid.	182	R\$ 160,83	R\$ 29.271,06
12	SCANNER DE PAREDE BOSCH DETECTOR E SCANNER DE PAREDE 150MM D-TECT 150 (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Unid.	23	R\$ 5.336,63	R\$ 122.742,49
13	SCANNER DE PAREDE BOSCH DETECTOR E SCANNER DE PAREDE 150MM D-TECT 150 (COTA RESEVADA ME EPP)	Unid.	8	R\$ 5.336,63	R\$ 42.693,04

14	NÍVEL LASER PROFISSIONAL TRENA LEVEL PRO 3 ESTÁGIOS NIVELADOR (COM TRENA E REGUA)	Unid.	36	R\$ 53,63	R\$ 1.930,68
15	LANTERNA TÁTICA DE LONGO ALCANCE POTENTE RECARREGÁVEL PROFISSIONAL	Unid.	31	R\$ 40,70	R\$ 1.261,70
16	PRISMA COM SUPORTE – TOPOGRAFIA	Unid.	9	R\$ 609,33	R\$ 5.483,97
17	BASTÃO TELESCÓPICO DE ALUMÍNIO 2,6M PARA PRISMA – TOPOGRAFIA	Unid.	9	R\$ 462,33	R\$ 4.160,97
18	BOLHA DE NÍVEL PARA BASTÃO 32MM	Unid.	14	R\$ 118,00	R\$ 1.652,00
19	BATERIA PARA ESTAÇÃO TOTAL MODELO TOPCON OS 102	Unid.	4	R\$ 341,61	R\$ 1.366,44
20	TRENA DE BOLSO DE 5M 16MM	Unid.	87	R\$ 20,74	R\$ 1.804,38
21	MARTELO DE UNHA DE 27MM COM CABO DE MADEIRA	Unid.	43	R\$ 44,84	R\$ 1.928,12
22	PERNEIRA DE PROTEÇÃO 3 TALAS	Unid.	200	R\$ 45,64	R\$ 9.128,00
23	RÁDIO COMUNICADOR 56KM PAR 2	Par	28	R\$ 1.285,00	R\$ 35.980,00
24	PREGO COM CABEÇA 22X54	Pacote	27	R\$ 17,38	R\$ 469,26
25	ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 1000V 8 POLEGADAS	Unid.	118	R\$ 67,97	R\$ 8.020,46
26	CHAVE DE FENDA 3,5MM PARA TESTE ELÉTRICO ISOLADA	Unid.	113	R\$ 19,68	R\$ 2.223,84
27	MULTÍMETRO DIGITAL PARA MEDIÇÃO ATÉ 1000V	Unid.	64	R\$ 387,32	R\$ 24.788,48
28	CANETA DETECTORA DE TENSÃO CORRENTE ELÉTRICA	Unid.	68	R\$ 20,75	R\$ 1.411,00
29	PARAFUSADEIRA	Unid.	39	R\$ 302,68	R\$ 11.804,52
30	ALICATE AMPERÍMETRO 1000A AC ET-3200	Unid.	35	R\$ 1.650,32	R\$ 57.761,20
31	TESTADOR DE CONTINUIDADE	Unid.	63	R\$ 144,67	R\$ 9.114,21
VALOR TOTAL:					R\$ 767.710,32

TABELA DE ÓRGÃOS PARTICÍPES

ÓRGÃO PARTICÍPE	DESCRIÇÃO DO ITEM																				
	BOTINA DE PROTEÇÃO EM COURO NOBUCK CAFÉ E FECHAMENTO EM CADERÇO	CAPACETE DE SEGURANÇA, CLASSE B. COM CARNEIRA DE AJUSTE FÁCIL	COLETE UNISSEX, COM GOLA REDONDA EM BRIM CINZA (CONFORME ESPECIFICAÇÃO CMYK DE COR E TONALIDADE)	LUVA ANTICORTE DE POLIETILENO ALTA DENSIDADE COM BANHO DE PU	LUVA EMBORRACHADA NITRILICA COM PUNHO LONGO, COM FORRO	TRENA A LASER 50M GLM PROFISSIONAL A BATERIA	TRENA MANUAL COM FITA METÁLICA 10M X 25MM EMBORRACHADA	DRONE COM CÂMERA HD ALTA RESOLUÇÃO	FRANCHETA FÓRMICA A4	PAQUÍMETRO DIGITAL 150MM 0,1MM PROFISSIONAL	SCANNER DE PAREDE BOSCH DETECTOR E SCANNER DE PAREDE 150MM D-TECT 150	NÍVEL LASER PROFISSIONAL TRENA LEVEL PRO 3 ESTÁGIOS NIVELADOR (COM TRENA E REGUA)	LANTERNA TÁTICA DE LONGO ALCANCE POTENTE RECARREGÁVEL PROFISSIONAL	PRISMA COM SUPORTE – TOPOGRAFIA	BASTÃO TELESCÓPICO DE ALUMÍNIO 2,6M PARA PRISMA – TOPOGRAFIA	BOLHA DE NÍVEL PARA BASTÃO 32MM	BATERIA PARA ESTAÇÃO TOTAL MODELO TOPCON OS 102	TRENA DE BOLSO DE 5M 16MM	MARTELO DE UNHA DE 27MM COM CABO DE MADEIRA	PERNEIRA DE PROTEÇÃO 3 TALAS	RÁDIO COMUNICADOR 56KM PAR 2
Secretaria de Estado da Educação	200	200	200	200	50	50	50	10	200	50	20	20	20	4	4	8	4	20	15	20	10
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	3	7		5		2	4			2	1	1				1		3			
Universidade Estadual de Goiás	9	4	5	4	2	50	5	2		120	4	2	6	5	5	5		50	15	160	2
Secretaria de Estado da Cultura						3	5	1	10			5						5			
Departamento Estadual de Trânsito	27						10	3		5									5		5

Polícia Militar do Estado de Goiás	6	6	6	6	6	2	6	1	6	1	1	1	2					6	1		1
A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária				20		2	2		10	2	2	2							5	20	
Agência Brasil Central						2	2	5			2	2	2								10
Secretaria de Estado da Economia	5		10			5				1	1	2									
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	5	2	4			3				1		1	1					3	2		
TOTAL	255	219	225	235	58	119	84	22	226	182	31	36	31	9	9	14	4	87	43	200	28

3.2. Nenhum item será adjudicado com valor acima do que apresentado na planilha do item 3.1 deste Termo de Referência.

3.2.1. O valor referente a contratação da **Secretaria de Estado da Educação** é de **R\$ 412.685,84** (quatrocentos e doze mil seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) bem como o quantitativo concernente a tabela acima e especificado na Requisição de Despesa (53929154).

3.3. Para efeito de julgamento, o critério deverá ser **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, conforme quantidades estimadas, definida na Tabela acima com Estimativa de Preço estabelecida nos termos do Decreto Estadual nº 9.900 de 07 de julho de 2021.

#### 4. **INFORMAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS**

##### 4.1. **DESCRIÇÃO DOS ITENS:**

##### 4.1.1. **BOTINA DE PROTEÇÃO EM COURO NOBUCK CAFÉ E FECHAMENTO EM CADARÇO**

Botina de proteção em couro nobuck café e com cadarço preto, forração interna da gáspea em não tecido e forro do cano em tecido com alto poder de absorção de suor e permeabilidade, solado bidensidade constituído em duas camadas de PU injetado diretamente ao cabedal, sendo a entressola mais macia, resistência à abrasão e desgaste. Biqueira de conformação em polipropileno.



##### 4.1.2. **CAPACETE DE SEGURANÇA, CLASSE B COM CARNEIRA DE AJUSTE FÁCIL.**

Capacete de segurança classe B, com casco frontal tipo II, moldado em polietileno de alta densidade na versão sem ventilação. Suspensão com seis pontos de fixação, carneira em polietileno de alta densidade, com regulagem através de ajuste fácil. Na cor branca.



##### 4.1.3. **COLETE UNISSEX, COM GOLA REDONDA EM BRIM CINZA (CONFORME ESPECIFICAÇÃO CMYK DE COR E TONALIDADE)**

Colete unissex, com gola redonda em brim cinza (conforme especificação cmyk de cor e tonalidade), 2 bolsos frontais inferiores internos sem fechamento (botões ou zíperes), 2 faixas reflexivas superiores de segurança frontais e 1 faixa reflexiva de segurança superior traseira. Na parte frontal superior, lado direito, abaixo da faixa reflexiva, haverá o brasão do estado de goiás, bordado e logo abaixo dele a inscrição "estado de goiás" em branco bordados, já do lado esquerdo, abaixo da faixa reflexiva haverá a inscrição "secretaria de estado da educação" em branco bordado.

## MODELO COLETE EM TECIDO



#### 4.1.4. LUVA ANTICORTE DE POLIETILENO ALTA DENSIDADE COM BANHO DE PU

Confeccionada em polietileno de alta densidade, recoberta de poliuretano na palma e nos dedos. Possui alta resistência contra cortes de lâminas e metais. O banho em PU é ideal para atividades com peças úmidas\*. Seu formato anatômico e o dorso ventilado, proporcionam excelente conforto para períodos prolongados de uso. Características Gerais: Composição: Fibra de vidro / Polietileno HPPE, Acabamento: Palmar e pontas dos dedos com PU. Vantagens: Alto nível de proteção contra corte. Ideal para manuseio de peças cortantes com umidade. Dorso ventilado para melhor conforto térmico

#### 4.1.5. LUVA EMBORRACHADA NITRILICA COM PUNHO LONGO, COM FORRO

Material: As luvas são feitas de borracha nitrílica, que é um material sintético que proporciona uma excelente resistência a produtos químicos e uma boa durabilidade.

Espessura: A espessura das luvas nitrílicas pode variar, geralmente variando entre 0,08 mm e 0,15 mm.

Acabamento: O acabamento da superfície pode ser texturizado ou liso.

Forro: Possuir forro interno de algodão ou poliéster para aumentar o conforto e a absorção de suor.

Comprimento: O comprimento das luvas deve ser cobrindo o pulso e podendo se estender até o antebraço para uma proteção mais ampla.

Normas de segurança: As luvas nitrílicas podem atender a diferentes normas de segurança, como a EN ISO 374, que estabelece requisitos para proteção contra produtos químicos e micro-organismos.

#### 4.1.6. TRENA A LASER 50M GLM PROFISSIONAL A BATERIA

Alcance de medição: 50 metros;

Precisão: Geralmente possui uma precisão de  $\pm 1,5$  mm;

Unidades de medida: Pode fornecer medições em metros, polegadas, pés ou outras unidades comuns;

Funções adicionais: Medição contínua, cálculo de área e volume, medição indireta e medição de altura com recurso de inclinômetro;

Tecnologia de medição: Utiliza tecnologia a laser para medir distâncias com precisão;

Display: Display digital para exibir as medições;

Bateria: Alimentado por uma bateria recarregável, como uma bateria de íon de lítio;

Conectividade: Bluetooth ou USB para transferir dados para um dispositivo móvel ou computador;

Design: Pode apresentar um formato ergonômico e robusto, com botões de operação fáceis de usar;

#### 4.1.7. TRENA MANUAL COM FITA METÁLICA 10M X 25MM EMBORRACHADA

Trena manual com fita metálica emborrachada de 10 metros de comprimento por 25 milímetros de largura;

Comprimento da fita: 10 metros, largura da fita: 25 milímetros;

Material da fita: Metálica;

Revestimento da fita: Emborrachado;

#### 4.1.8. DRONE PROFISSIONAL COM CÂMERA HD ALTA RESOLUÇÃO

Resolução da câmera: HD (High Definition) Formato de vídeo: MP4, MOV ou similar;

Resolução de vídeo: 720p, 1080p, 2.7K, 4K ou superior;

Resolução de fotos: 12 megapixels (ou superior);

Estabilização de imagem: Gimbal de 3 eixos para capturas suaves e estáveis;

Funções adicionais da câmera: Modos de disparo, como disparo contínuo, HDR e time-lapse;

Armazenamento de mídia: Cartão de memória (MicroSD);

Transmissão ao vivo: Capacidade de transmitir vídeo em tempo real para um dispositivo móvel ou controle remoto;

Controle da câmera: Controlar a inclinação e o ângulo de visão da câmera remotamente;

Características adicional: Sensor Anti Colisão, WiFi 5Gg;

#### 4.1.9. PRANCHETA FÓRMICA A4

Tamanho: A4, que é o tamanho padrão de 210 mm x 297 mm (8,27 polegadas x 11,69 polegadas);

Material: Fórmica, que é um laminado termorrígido resistente e durável;

Prendedor: Possui um prendedor ou presilha na parte superior para segurar as folhas de papel no lugar;

Superfície: A superfície da prancheta fórmica é lisa, permitindo uma escrita ou desenho mais suave;

Durabilidade: A fórmica é conhecida por ser resistente a riscos, manchas e danos;

Peso: Geralmente é leve e fácil de transportar;

Acabamento: Pode ter bordas arredondadas ou retas;

#### 4.1.10. PAQUÍMETRO DIGITAL 150MM 0,1MM PROFISSIONAL

Capacidade de medição: 150 mm (ou 6 polegadas, dependendo do sistema de medida);

Resolução: 0,1 mm (ou 0,01 polegadas, dependendo do sistema de medida);

Precisão: Geralmente possui uma precisão de  $\pm 0,02$  mm (ou  $\pm 0,001$  polegadas);

Unidades de medida: Pode fornecer medições em milímetros e polegadas;

Tela: Possui uma tela digital para exibir as medições de forma clara e precisa;

Funções adicionais: Pode incluir funções como medição absoluta e relativa, conversão entre milímetros e polegadas, função de retenção de valor, função de ajuste zero, entre outras;

Material: Aço inoxidável ou outro material resistente para garantir durabilidade e precisão;

Alimentação: Baterias de célula de relógio (geralmente do tipo SR44 ou similar);

Design: Pode apresentar um formato ergonômico, com botões de operação fáceis de usar e uma construção resistente para uso profissional;

#### 4.1.11.DETECTOR E SCANNER DE PAREDE 150MM

Profundidade de detecção: Detectar objetos ocultos com uma profundidade de até 150 mm (ou 15 cm) na parede, dependendo do modelo e das condições de construção;

Modos de detecção: Detecta tubos de plástico, metais ferrosos, metais não ferrosos, estruturas em madeira, condutores elétricos, e PVC com e sem água,

Indicação de detecção: Indicação visual, como luzes LED ou uma tela LCD, para mostrar a presença e a posição dos objetos detectados na parede.

Calibração automática: Calibração automática para garantir a precisão das detecções.

Função de marcação: Função de marcação que permite ao usuário marcar a localização dos objetos detectados na parede.

Modo de escaneamento: Modo de escaneamento que permite uma detecção mais ampla e rápida da área.

Alimentação: Baterias recarregáveis.

Design: Pode ter um design compacto e ergonômico, com botões de operação fáceis de usar e uma construção durável para uso em ambientes de trabalho.

#### 4.1.12. NÍVEL LASER PROFISSIONAL TRENA LEVEL PRO 3 ESTÁGIOS NIVELADOR (COM TRENA E REGUA)

Laser com interruptor, base com régua em alumínio de 6 polegadas e trena de aço de 2,5 metros.

Trena de 2.5m

Laser 63-680nm Max output 5mW Class IIIa

Laser atinge até 8m de distância

Funciona com 3 baterias AG13

Nível com 3 linhas

Régua em centímetros e polegadas

Projeta o feixe na horizontal, vertical ou em cruz

Peso Aproximado: 180 Gramas

Dimensões aproximadas: 18.5 x 6.2 x 2.8 cm

#### 4.1.13. LANTERNA TÁTICA DE LONGO ALCANCE POTENTE RECARREGÁVEL PROFISSIONAL

Potência de iluminação: Potência elevada, de 5.000;

Alcance de iluminação: Projetada para proporcionar um alcance de iluminação significativo, geralmente entre 500 a 1000 metros.

Tipo de LED: LEDs de alta potência, como LEDs CREE ou similares, para fornecer uma iluminação brilhante e concentrada.

Modos de iluminação: Diferentes modos de iluminação, como alto, médio, baixo, estroboscópio (piscante) e SOS, permitindo ajustar a intensidade de iluminação conforme necessário.

Recarregável: Possuir uma bateria recarregável embutida que pode ser recarregada através de um cabo USB ou um carregador específico.

Material e design: Ser construída com materiais duráveis, como alumínio de aviação, com design resistente a impactos e à prova d'água (geralmente com classificação IPX6 ou superior).

Recursos adicionais: Possuir zoom ajustável, foco regulável, função de memória de modo, indicador de bateria, interruptor de pressão tátil, entre outros.

#### 4.1.14. SUPORTE COM PRISMA PARA TOPOGRAFIA

Materiais: O suporte com prisma é geralmente construído com materiais leves, como alumínio ou fibra de carbono, para facilitar o transporte e o manuseio no campo.

Ajustabilidade: O suporte deve ser ajustável em altura e ângulo, permitindo posicionar o prisma na altura adequada para as medições desejadas.

Fixação: O suporte deve ter um sistema de fixação seguro para prender o prisma, garantindo que ele permaneça estável durante as medições.

Base: A base do suporte deve ser estável e segura, com pés ajustáveis ou estacas para nivelar o suporte em terrenos irregulares.

Prisma: O suporte deve ser compatível com o tamanho e o tipo de prisma utilizado, garantindo uma fixação firme e adequada.

Transporte: O suporte deve ser desmontável ou dobrável, facilitando o transporte e o armazenamento quando não estiver em uso.

#### 4.1.15. BASTÃO TELESCÓPICO DE ALUMÍNIO 2,6M PARA PRISMA

Altura máxima 2,6 metros

Gradação em centímetros

Bolha de nível circular

Rosca de engate 5/8"

#### 4.1.16.BOLHA DE NÍVEL PARA BASTÃO 32MM

Diâmetro da bolha: 32mm

Material: Corpo da bolha é feito de acrílico transparente

Precisão: A precisão da bolha de nível +/- 15 a 30 segundos de arco.

Bolha: A bolha de nível contém um fluido dentro de um tubo curvo. Quando o bastão está nivelado, a bolha se posiciona no centro do tubo, indicando o nivelamento.

Gradações: Linhas de gradação em seu corpo para permitir uma leitura mais precisa

Encaixe: A bolha de nível de 32mm possui uma base plana ou um adaptador para encaixar no bastão telescópico;

Montagem: A bolha de nível deve ser montada no topo do bastão telescópico usando uma rosca ou um sistema de encaixe adequado.

#### 4.1.17.BATERIA PARA ESTAÇÃO TOTAL MODELO TOPCON OS 102

Tipo de bateria: Bateria de Íon-Lítio

Modelo: BDC46B

Tensão: 7,2 volts

Capacidade: Geralmente possui capacidade de 2,6 Ah (Amperes-hora)

Compatibilidade: Projetada especificamente para ser utilizada com a estação total Topcon OS 102

Recarregável: Sim, a bateria pode ser recarregada utilizando um carregador apropriado.

#### 4.1.18.TRENA DE BOLSO DE 5M 16MM

Comprimento da fita: 5 metros (500 centímetros)

Largura da fita: 16 mm

Unidades de medida: Pode ser em centímetros e metros;

Material da fita: A fita deverá ser feita de aço ou fibra de vidro para garantir resistência e durabilidade;

Mecanismo de recolhimento: A trena de bolso possui um mecanismo de mola que permite recolher a fita após o uso;

Bloqueio da fita: Possuir um botão ou trava que permite fixar a fita em uma determinada posição para facilitar a leitura das medidas

Clipe de cinto: Possuir um clipe na parte traseira que permite prender a trena ao cinto ou a outros objetos para facilitar o transporte

#### 4.1.19.MARTELO DE UNHA DE 27MM COM CABO DE MADEIRA

Tamanho da cabeça: 27 mm de diâmetro

Material da cabeça: A cabeça do martelo é feita de aço temperado para maior durabilidade e resistência ao impacto

Formato da cabeça: A cabeça do martelo de unha tem uma forma cônica para facilitar o posicionamento e a remoção de pregos

Cabo: O cabo do martelo é feito de madeira, como madeira de lei ou madeira de freixo, proporcionando uma pegada confortável e resistência ao impacto

Comprimento do cabo: O comprimento do cabo pode variar, mas geralmente varia de 30 cm a 40 cm para um bom equilíbrio e controle durante o uso

Fixação da cabeça ao cabo: A cabeça do martelo pode ser fixada ao cabo por meio de encaixe de cunha ou por meio de parafusos e anéis de fixação

Peso: O peso do martelo pode variar, mas um martelo de unha com cabeça de 27 mm geralmente tem um peso entre 400g e 600g

#### 4.1.20. PERNEIRA DE PROTEÇÃO 3 TALAS

Material: A perneira de proteção é feita de materiais resistentes, como couro, nylon, poliéster ou outro tecido durável e resistente a rasgos.

Talas: A perneira possui três talas (também conhecidas como ripas, varetas ou reforços) inseridas ao longo da perna para fornecer proteção adicional contra impactos e cortes. Essas talas são feitas de materiais como plástico resistente ou metal.

Fixação: A perneira é projetada para envolver a perna e geralmente é presa no lugar por meio de alças de fixação ajustáveis ou presilhas com fecho de velcro, fivelas ou encaixes.

Cobertura: A perneira cobre toda a perna, geralmente desde o tornozelo até logo abaixo do joelho, fornecendo proteção em toda a área.

Ajuste: É importante que a perneira seja ajustável para se adaptar a diferentes tamanhos de perna, permitindo um ajuste seguro e confortável.

Normas de segurança: A perneira de proteção pode ser projetada de acordo com normas de segurança específicas, como a Norma Regulamentadora NR-6 no Brasil, que estabelece requisitos de segurança para equipamentos de proteção individual (EPIs).

#### 4.1.21. RÁDIO COMUNICADOR 56KM PAR 2

Alcance: Até 56 km (em condições ideais)

Alimentação: Até 9h com Bateria NiMH ou Até 23h com 3x Pilhas Alcalinas AA

Canais: 22 canais, cada um com 121 códigos de privacidade

Dimensões: 19,76x6,09x3,81cm (LxAxP)

Embalagem: Caixa com 2 Rádios (1 Par)

Entradas: Acessório de Áudio e Micro USB (Recarga)

Presilhas de cinto

Guia do usuário

20 tons de chamada

Possuir Vídeo

Frequência 462~467MHz (UHF)

Visor: Retroiluminado

#### 4.1.22. Prego com cabeça 22x54

O Prego com Cabeça possui corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante.

Dimensões (C x L x A): 7 x 7 x 15 cm

#### 4.1.23. ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 1000V 8 POLEGADAS

Tamanho: 8 polegadas (cerca de 20 cm)

Material: O corpo do alicate é feito de aço endurecido ou cromovanádio para fornecer durabilidade e resistência ao desgaste.

Isolação: O alicate é isolado eletricamente para suportar tensões de até 1000V.

Isolação do cabo: O cabo do alicate possui uma camada externa isolante feita de material como borracha ou plástico, proporcionando uma camada adicional de proteção.

Mandíbulas: As mandíbulas do alicate universal são projetadas para fornecer uma variedade de funcionalidades, como corte de fios, aperto de peças e torção.

Normas de segurança: Esses alicates são projetados de acordo com normas de segurança específicas, como a norma IEC 60900, que estabelece os requisitos para ferramentas isoladas.

#### 4.1.24. CHAVE DE FENDA 3,5MM PARA TESTE ELÉTRICO ISOLADA

Tamanho da ponta: 3,5 mm

Material da haste: A haste da chave de fenda é feita de aço endurecido ou cromovanádio para fornecer durabilidade e resistência ao desgaste.

Isolação: A chave de fenda possui um isolamento elétrico que permite ao usuário testar circuitos elétricos com segurança. O isolamento é feito de material isolante, como plástico ou borracha.

Isolação da haste: A haste da chave de fenda é completamente isolada, evitando qualquer contato direto com os condutores elétricos.

Empunhadura: A chave de fenda isolada possui uma empunhadura ergonômica e confortável, proporcionando um bom agarre durante o uso.

Normas de segurança: Essas chaves de fenda são projetadas em conformidade com normas de segurança específicas, como a norma IEC 60900, que estabelece os requisitos para ferramentas isoladas para trabalhos em eletricidade.

#### 4.1.25. MULTÍMETRO DIGITAL PARA MEDIÇÃO ATÉ 1000V

Tensão máxima de medição: Até 1000V em corrente contínua (DC) e corrente alternada (AC).

Faixas de medição: O multímetro pode oferecer várias faixas de medição para a tensão, como 200V, 500V, 1000V, entre outras, permitindo escolher a faixa adequada para a medição específica.

Precisão: A precisão do multímetro digital pode variar, mas é comum encontrar uma precisão de 0,5% a 1% do valor medido.

Funções adicionais: Além das medições de tensão, o multímetro pode oferecer funções adicionais, como medição de corrente, resistência, capacitância, frequência, testes de continuidade, diodos e temperatura.

Display: O multímetro geralmente possui um display de fácil leitura, onde os valores medidos são exibidos em dígitos.

Proteção: É importante que o multímetro digital tenha proteção contra sobrecarga, tanto na faixa de tensão máxima como na faixa de corrente máxima, para garantir a segurança do usuário e do equipamento.

Alimentação: O multímetro é alimentado por pilhas ou baterias, geralmente do tipo AA ou AAA.

Normas de segurança: Multímetros digitais devem estar em conformidade com normas de segurança, como a norma IEC 61010, que estabelece os requisitos para equipamentos de teste e medição elétrica.

#### 4.1.26. CANETA DETECTORA DE TENSÃO CORRENTE ELÉTRICA

Princípio de funcionamento: A caneta detectora utiliza o princípio de indução eletromagnética para detectar a presença de um campo elétrico ou magnético em torno de um condutor energizado.

Indicação de tensão: A caneta deverá emitir um sinal sonoro, uma luz piscante ou ter um display de LED que indica a presença de tensão elétrica.

Faixa de tensão: As canetas detectora de tensão possui uma faixa de tensão específica, como 12-1000V ou 90-1000V, dependendo do modelo.

Indicação de corrente: Algumas canetas detectora podem ser capazes de identificar a presença de corrente elétrica em um circuito, normalmente com uma indicação visual ou sonora.

Deteção sem contato: A caneta permite detectar a tensão ou corrente elétrica sem a necessidade de tocar nos fios ou condutores.

Alimentação: A caneta detectora é alimentada por bateria, geralmente uma pilha ou bateria de tamanho comum, como AAA.

Normas de segurança: Essas ferramentas devem estar em conformidade com normas de segurança elétrica, como a norma IEC 61010.

#### 4.1.27. ALICATE AMPERÍMETRO 1000A AC ET-3200

Faixa de medição: O alicate amperímetro ET-3200 é capaz de medir correntes elétricas alternadas (AC) de até 1000 amperes.

Precisão: A precisão do alicate amperímetro é de +/- 2% a +/- 3% do valor medido.

Funções adicionais: Além da medição de corrente AC, o alicate amperímetro ET-3200 deverá oferecer outras funções, como medição de tensão AC/DC, resistência, frequência, teste de continuidade e diodo.

Display: O alicate amperímetro deve possuir um display de fácil leitura que exibe as leituras numéricas e, possivelmente, uma barra gráfica.

Alimentação: O alicate amperímetro é alimentado por bateria, normalmente baterias de tamanho comum, como pilhas AAA.

Abertura de garra: A abertura da garra (mordentes) do alicate amperímetro no modelo ET-3200, a abertura é de até 40 mm, permitindo medições em cabos de diâmetros diferentes.

Normas de segurança: O alicate amperímetro deve estar em conformidade com normas de segurança elétrica, como a norma IEC 61010.

#### 4.1.28. PARAFUSADEIRA

Parafusadeira 25v Carregador Inteligente 02 Baterias Bivolt

Parafusadeira/Furadeira à bateria é indicada para soltar e apertar parafusos fazer furos em madeiras ou metais. Conta com carregador bivolt Inteligente automático. Possui regulagem para 18 posições de torque e 1 posição para perfuração, LED para melhor visibilidade do local de trabalho e cabo com revestimento emborrachado, proporcionando maior conforto ao operador. Possui 02 baterias de íons de lítio que confere alta eficiência de operação e indicador de carga da bateria.

Tensão da bateria: 25volts

Tipo de velocidade: Variável

Tempo de carga da bateria: 02 horas

Torque máximo/ força de aperto: 24 N.m (2,3 kgf.m)

Capacidade máxima de perfuração em aço:10,0 mm

Capacidade máxima de perfuração em madeira: 16,0 mm

Rotação da Furadeira/parafusadeira:0 - 1850/min

#### 4.1.29. TESTADOR DE CONTINUIDADE

Megôhmetro Digital Remota E Local, Alimentação Bateria De 9 Volts, Confirmação De Continuidade Igual Ou Inferior A 2,0k Ohms, Verificação De Distância Do Cabo 3.000m

### 5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, acompanhado da devida Nota Fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

5.2. Toda entrega que será feita sob demanda, será submetida a apreciação do produto para verificação se o mesmo está conforme a aquisição, sendo assim, em qualquer das entregas, se for notada qualquer divergência do produto entregue ao produto solicitado poderá ser rejeitado, e notificada e empresa para que seja resolvida a falha;

5.3. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, para verificação da qualidade e quantidade do material, e consequente aceitação, e, se confirmada à conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pelos gestores responsáveis;

5.4. A contratante rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (Código de defesa do consumidor – Lei nº 8.078/90);

5.5. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de entrega;

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.7. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante Nota Fiscal emitida pela Contratada e devidamente atestada pela Contratante, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

### 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do referido termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

6.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), substituindo e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos;

6.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

6.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.6. A Empresa (contratada) deverá oferecer garantia legal referente a todos os itens, prevista no Código do Consumidor de 3 (três) meses.

6.7. Empresa (contratada) não poderá transferir em todo ou em parte as obrigações assumidas neste termo de referência;

6.8. Empresa (contratada) será responsável pelos danos causados, diretamente ao Órgão ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

6.9. Cumprir com os prazos de execução do serviço e entrega, determinados neste Termo;

6.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários a execução/entrega dos bens adquiridos;

6.11. Acatar as instruções e observações provenientes da Contratante, através do Setor Competente, substituindo qualquer bem que não seja aceito por não conformidade com o que determina o presente TR;

6.12. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante, através do seu setor competente, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução antes ou durante a entrega que possa atrasar ou inviabilizar a conclusão, demonstrando previamente as medidas tomadas para sanar o problema, comunicando ao setor competente;

6.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Designar por meio de portaria 03 (três) servidores da Secretaria de Estado da Educação para o recebimento de material e atesto da Nota Fiscal do objeto executado conforme disposições do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e arts. 51 a 54 da Lei estadual nº 17.928/2012;

7.2. Verificar minuciosamente, no ato do recebimento, a conformidade do produto, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de notificação da empresa em caso de mudança da qualidade/objeto e em caso de descumprimento, serão tomadas providências pelo gestor do contrato;

7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato celebrado com a Secretaria de Estado da Educação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.6. A contratante deverá efetuar o pagamento à contratada observando a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite do produto entregue, bem como rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a empresa vencedora apresentar fora das especificações do Edital e seus anexos.

7.7. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) ao(s) fornecimento(s) deverão ser protocolizadas pelo gestor do contrato, devidamente acompanhadas.

### 8. DA AMOSTRA/DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

8.1. Em caso de entrega de catálogo, estes poderão ser entregues juntamente com a documentação relativa à proposta da licitante. As amostras físicas somente serão solicitadas quando o objeto não puder ser devidamente identificado por intermédio de catálogos;

8.2. A amostra física, deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, se for o caso, conter os respectivos prospectos e manuais, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo;

8.3. Os exemplares colocados à disposição da Contratada serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe responsável pela análise, bem como submetidos aos testes necessários;

- 8.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Contratada todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;
- 8.5. Será considerada aprovada a amostra que atender todos os critérios técnicos exigidos nas especificações;
- 8.6. Caso a amostra física seja aprovada, poderá ser contabilizada como uma unidade fornecida;
- 8.7. O responsável pelo recebimento deverá documentar nos autos, de imediato, o recebimento da amostra;
- 8.8. Os parâmetros a serem utilizados para a análise será pela constatação das especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, quanto ao peso, dimensões, textura e características do objeto, que deverá ser apresentada no prazo estabelecido, de forma física e quando autorizado pelo requisitante responsável, por folder, mostruário ou catálogo, os quais deverão ser anexados ao processo.
- 8.9. A licitante que tiver seu produto reprovado, terá o prazo de 3 (três) dias para interpor o recurso, que no caso o Núcleo do Escritório de Projetos, deverá emitir uma resposta para empresa no prazo máximo de 03 (três) dias.
- 8.10. A comissão deverá anexar aos autos relatório com análise das amostras, aprovadas ou reprovadas, os métodos para elaboração do documento serão conforme item 8.9.

#### 9. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

9.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, em nome da licitante, pertinente e compatível em prazo e características com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através do qual fique comprovada a capacidade de fornecimento de no mínimo 10% (dez por cento) da quantidade estimada dos itens:

- a) Admitir-se ao somatório dos quantitativos consignados em atestados que comprovem o fornecimento do objeto.

#### 10. **PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

- 10.1. A entrega dos materiais deverá ser integral e imediata após a emissão da Ordem de Fornecimento na sede da Secretaria Estadual de Educação, situada na Quinta Avenida, Quadra 71, n.º 212, Setor Leste Vila Nova, CEP 74643-030, Goiânia-GO, no horário e data agendados com a Gerência de Patrimônio, fone: (62) 3220-9518.
- 10.2. O transporte e a entrega dos itens licitados, objeto deste Termo, são de responsabilidade da empresa (contratada), inclusive a descarga;
- 10.3. Fica assegurado ao Órgão Contratante o direito de rejeitar os equipamentos entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, ficando a empresa (contratada) obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo descrito no item 5.5 deste Termo de Referência.
- 10.4. Caso a substituição dos equipamentos não ocorra no prazo determinado, estará a empresa (contratada) incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;
- 10.5. O aceite ou aprovação dos equipamentos pelo Órgão Contratante não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional da empresa (Contratada) por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação as faculdades previstas no Art. 18 da Lei n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;

#### 11. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado servidor representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.4. A vigência do contrato terá como prazo total de 4 (quatro) meses.

#### 12. **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II – não entregar a documentação exigida no edital;

III – apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V – não manter a proposta;

VI – falhar na execução do contrato;

VII – fraudar a execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo;

IX – declarar informações falsas; e

X – cometer fraude fiscal.

12.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

12.3 Além das infrações enumeradas acima, as condutas a seguir elencadas podem resultar em rescisão unilateral do contrato:

1. Se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;
2. Se for decretada falência ou concordata (recuperação judicial), da CONTRATADA;
3. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
4. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
5. A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado;
6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
8. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
9. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

12.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

12.5. As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

12.6. As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

12.7. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

12.8. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

12.9. Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

#### 13. **DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. O Período de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

#### 14. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Tão logo seja conhecida a Empresa (fornecedor) deverá apresentar em tempo hábil para aprovação das amostras embaladas dos produtos, conforme orientação deste documento, para que não haja acondicionamento do produto diverso do solicitado e ocorra algum impedimento na entrega;

14.2. A gestão e execução do contrato deverá observar as disposições do art. 67 da Lei 8.666/93 e arts. 51 a 54 da Lei Estadual n. 17.928/2012;

14.3. O material licitado somente poderá ser substituído mediante comprovação da contratada de fator de impedimento por força maior, e desde que haja anuência da contratante, sendo o objeto substituto de igual ou superior valor e qualidade em relação ao material licitado.

14.4. O gestor responsável em gerir a Ata de Registro de Preços será a Gerência de Compas ou servidor designado por eles.

14.5. Após assinatura da Ata de Registro de Preços, os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrer ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Isabella Vieira Fontoura  
Analista Processual

Elaine Alves de Araújo Campos  
Gerente de Compras

Após análise dos autos por meio do Termo de Referência, a Superintendência de Infraestrutura manifesta-se favorável ao prosseguimento do feito.

Gustavo de Moraes Veiga Jardim  
Superintendente de Infraestrutura

Adoto e autorizo o presente TERMO DE REFERÊNCIA, com a finalidade de adquirir equipamentos técnicos para auxiliar no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura.

Prof.ª Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira  
Secretária de Estado da Educação



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE ALVES DE ARAUJO CAMPOS, Gerente**, em 27/11/2023, às 16:32, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA VIEIRA FONTOURA, Analista de Processos**, em 27/11/2023, às 16:40, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 27/11/2023, às 17:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO GARCIA CORREA, Assessor (a)**, em 28/11/2023, às 08:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DE MORAIS VEIGA JARDIM, Superintendente**, em 28/11/2023, às 09:33, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador 54154108 e o código CRC D54933A9.

**ANEXO II – MINUTA DA ATA**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA Nº xxx/2023-SEDUC**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2023 – SEDUC**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP - MENOR PREÇO**  
**PROCESSO Nº 2023.0000.610.1897**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos XX dias do mês de XXX de 2023, pelo presente instrumento, a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços, inscrita no CNPJ sob o nº 01.409.705/0001-20, ora representada pela SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, PROF.ª APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, brasileira, casada, professora, RG nº 368625-SSP/RO e CPF/MF sob o nº 329.607.192-04, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e de forma suplementar, pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, pelo Decreto Estadual nº 7.437 de 06 de setembro de 2011, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 9.666 de 21 de maio de 2020, Decreto Estadual nº 7.425/2011, Lei Complementar nº 117/2015 e demais normas vigentes à matéria e pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme a classificação das propostas de preços apresentadas quando da realização do Pregão Eletrônico SRP nº 026/2023-SEDUC (tipo menor preço por item) e homologação pela Secretária de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, RESOLVE REGISTRO DE PREÇOS para realizar a aquisição equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC. (Processo 2023.0000.610.1897).

**FORNECEDOR:**

**CNPJ:**

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	---------------	---------	------------	--------------------	-----------------

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para realizar aquisição equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 026/2023, seus anexos e Proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) vencedora(s) nos(s) item (ns) \_\_\_\_\_.

Parágrafo 1º – O objeto desta Ata deve seguir todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ata, juntamente com a documentação e proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) Licitante(s), conforme consta nos autos do Processo nº 2023.0000.610.1897 que a originou.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

Parágrafo 1º – A presente Ata de Registro de Preços terá o período de **vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial, sem alteração dos quantitativos originalmente registrados, em obediência ao art. 23 da Lei Estadual nº 17.928/2012. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

Parágrafo 2º – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

Parágrafo 3º – A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE POR ÓRGÃO PARTÍCIPE E DA UTILIZAÇÃO DA ATA**

Parágrafo 1º – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência de 12 (doze) meses, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo 2º – Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que este autorize a sua utilização e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

Parágrafo 3º – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo 4º – A liberação da participação na Ata de Registro de Preço resultante de licitações promovidas pelo Estado de Goiás, para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder, na sua totalidade, a cem por cento dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo 5º – A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelos adjudicatários, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

Parágrafo 1º - O fornecimento objeto da Ata será formalizada por Instrumento Contratual e deverá seguir as características, prazos de entrega e locais constantes no Anexo I - Termo de Referência – do Edital.

Parágrafo 2º - A fornecedora deverá manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DO FATURAMENTO**

Parágrafo 1º - Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha de alguma forma para tal concorrido, ela fará jus à compensação financeira devida, desde que a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

onde: EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Parágrafo 2º - O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento e será exigida a comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

Parágrafo 3º - A fornecedora deverá manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo 4º - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, mediante Nota Fiscal emitida pela Contratada e devidamente atestada pela Contratante, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

Parágrafo 5º - A remuneração da empresa vencedora será resultante do somatório do quantitativo efetivamente prestado no período de referência.

Parágrafo 6º - Estarão incluídos no valor total do pagamento todos os tributos, salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, bem como todo o investimento necessário à implantação do referido objeto.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

Parágrafo 1º – Os órgãos participantes do Registro de Preços deverão, quando da necessidade da contratação, recorrer ao ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do FORNECEDOR e respectivo preço a ser praticado.

Parágrafo 2º – A contratação com o FORNECEDOR registrado, após a indicação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de Contrato. O FORNECEDOR será convocado para, no prazo de 10 (dez) dias a partir da notificação, assinar o Contrato (conforme Minuta constante no Anexo III do Edital), podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

Parágrafo 3º – A recusa injustificada do FORNECEDOR registrado em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo 4º – O(s) Período(s) de vigência do(s) Contrato(s) advindos da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_ serão definidos na formalização do instrumento contratual, cujo prazo máximo será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.;

Parágrafo 5º – Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, o FORNECEDOR registrado deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo 6º - Cada Órgão Partícipe será responsável pela efetivação da contratação advinda da presente Ata, respeitando a minuta contratual constante no Anexo III do Edital.

Parágrafo 7º – Cabe ao órgão Partícipe indicar o gestor do contrato.

Parágrafo 8º – Todos os encargos decorrentes de possíveis contratos, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade do Contratado.

Parágrafo 9º – Os contratos advindos da Ata de Registro de Preços seguem todas as obrigações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Estadual nº 17.928/2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DA PROPONENTE**

Parágrafo 1º - A Proponente terá o seu registro de preço cancelado pela SEDUC quando:

- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. Não retirar o instrumento de contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. Estiverem presentes razões de interesse público, devidamente justificadas.
- V. Por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

Parágrafo 2º - A proponente poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, por intermédio de processo administrativo específico, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Parágrafo 3º - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da SEDUC.

Parágrafo 4º - A administração, se julgar conveniente, poderá optar por realizar um procedimento licitatório específico para a contratação do objeto da ata.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

Parágrafo 1º - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, mediante justificativa da autoridade competente, exceto quanto aos acréscimos de quantitativos, obedecidas as disposições da lei federal de licitações, quanto às alterações contratuais.

Parágrafo 2º - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

Parágrafo 3º - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a SEDUC como Órgão Gerenciador, deverá:

- I. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido.

Parágrafo 4º - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, em razão desse fato, comprovar, mediante requerimento, a sua impossibilidade de cumprir o compromisso, a SEDUC poderá:

- I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

Parágrafo 5º - Não havendo êxito nas negociações, a SEDUC procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA NONA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO GERENCIAMENTO DA ATA

Parágrafo 1º – Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços e, ainda, o seguinte:

- I - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
- II - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- III - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do objeto do Sistema de Registro de Preços e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores contratuais indicados;
- IV – buscar, quando necessário, informações junto ao mercado, quanto às características técnicas do objeto a ser registrado;
- V – garantir que a adesão de órgãos não participantes não ultrapasse os quantitativos previstos neste Decreto.

Parágrafo 2º – O Gestor responsável em gerir esta Ata de Registro de Preços será servidor da Superintendência de Gestão Administrativa da SEDUC, especialmente designado para tal, com assessoramento que julgar pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo 1º – Esta Ata, durante sua vigência de 12 (doze) meses, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo 2º – Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que este autorize a sua utilização e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

Parágrafo 3º – A liberação da participação na Ata de Registro de Preços resultante de licitações promovidas pelo Estado de Goiás, para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder, na sua totalidade, a cem por cento dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo 4º – A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelos adjudicatários, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.

Parágrafo 5º – Cabe ao órgão partícipe indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93, compete:

- I - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive das respectivas alterações, porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
- II – promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- III - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;
- IV - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e, também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;
- V - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, às características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo 1º – Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do referido termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

Parágrafo 2º – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), substituindo e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos;

Parágrafo 3º – Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

Parágrafo 4º – Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Parágrafo 5º – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Parágrafo 6º – A Empresa (contratada) deverá oferecer garantia legal referente a todos os itens, prevista no Código do Consumidor de 3 (três) meses.

Parágrafo 7º – Empresa (contratada) não poderá transferir em todo ou em parte as obrigações assumidas neste termo de referência;

Parágrafo 8º – Empresa (contratada) será responsável pelos danos causados, diretamente ao Órgão ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

Parágrafo 9º – Cumprir com os prazos de execução do serviço e entrega, determinados neste Termo;

Parágrafo 10º – Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários a execução/entrega dos bens adquiridos;

Parágrafo 11º – Acatar as instruções e observações provenientes da Contratante, através do Setor Competente, substituindo qualquer bem que não seja aceito por não conformidade com o que determina o presente TR;

Parágrafo 12º – Levantar imediatamente ao conhecimento da Contratante, através do seu setor competente, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução antes ou durante a entrega que possa atrasar ou inviabilizar a conclusão, demonstrando previamente as medidas tomadas para sanar o problema, comunicando ao setor competente;

Parágrafo 13º – Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo 1º – Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II – não entregar a documentação exigida no edital;
- III – apresentar documentação falsa;
- IV – causar o atraso na execução do objeto;
- V – não manter a proposta;
- VI – falhar na execução do contrato;
- VII – fraudar a execução do contrato;
- VIII – comportar-se de modo inidôneo;
- IX – declarar informações falsas; e
- X – cometer fraude fiscal.

Parágrafo 2º – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa da adjudicatária em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data da sua convocação;
- II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

IV - Se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;

V - Se for decretada falência ou concordata (recuperação judicial), da CONTRATADA;

V - Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

VII - Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

VIII - A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado;

IX - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

X - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XII - O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XII - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.

Parágrafo 3º – Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;

Parágrafo 4º – As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;

Parágrafo 5º – As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

Parágrafo 6º – A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo 7º – As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

Parágrafo 8º – Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Parágrafo 1º - Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, aos .....dias do mês de .....de 2023

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR

Secretária de Estado da Educação

Pelo FORNECEDOR (ES):

Representante Legal

#### ANEXO III - MINUTA CONTRATUAL

Contrato nº \_\_\_\_\_/2023, que celebram o ESTADO DE GOIÁS, por meio da SECRETARIA DA ESTADO DA EDUCAÇÃO, e a empresa \_\_\_\_\_, para os fins que especifica, sob as condições a seguir descritas:

#### DAS PARTES:

#### CONTRATANTE

O ESTADO DE GOIÁS, por intermédio da Secretária de Estado da Educação, inscrita no CNPJ nº 01.409.705/0001-20, com sede na Quinta Avenida, nº 212 - Leste Vila Nova, Goiânia - GO, neste ato representado pela Secretária de Estado da Educação, **PROFª. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA**, brasileira, casada, professora, RG nº 368625-SSP/RO e CPF/MF sob o nº 329.607.192-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

#### CONTRATADA

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, tendo como representante (s) legal (is) os Srs. (as) \_\_\_\_\_, inscrito (s) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

#### 1. CLAUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 – O presente contrato decorre do Pregão Eletrônico SRP nº 026/2023, aberto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023, na forma da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e demais normas pertinentes à matéria, homologado pela Secretária de Estado da Educação, conforme Termo de Homologação de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e Proposta de Preços, evento \_\_\_\_\_, tudo constante do processo administrativo nº 2023.0000.610.1897, o qual faz parte do presente contrato, independentemente de transcrição, regendo-o no que for omissivo.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – Aquisição equipamentos técnicos de engenharia e arquitetura, destinado a atender as necessidades da Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, no trabalho diário dos profissionais de engenharias e arquitetura, todos vinculados a Secretaria de Estado da Educação de Goiás - SEDUC, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo de Referência.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	---------------	---------	------------	--------------------	-----------------

**VALOR TOTAL:**

2.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta os acréscimos ou reduções dos quantitativos dos produtos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do montante constante neste Contrato, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – INFORMAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS****3.1. DESCRIÇÃO DOS LOTES:****3.1.1. BOTINA DE PROTEÇÃO EM COURO NOBUCK CAFÉ E FECHAMENTO EM CADARÇO**

Botina de proteção em couro nobuck café e com cadarço preto, forração interna da gáspea em não tecido e forro do cano em tecido com alto poder de absorção de suor e permeabilidade, solado bidimensional constituído em duas camadas de PU injetado diretamente ao cabedal, sendo a entressola mais macia, resistência à abrasão e desgaste. Biqueira de conformação em polipropileno.

**3.1.2. CAPACETE DE SEGURANÇA, CLASSE B COM CARNEIRA DE AJUSTE FÁCIL.**

Capacete de segurança classe B, com casco frontal tipo II, moldado em polietileno de alta densidade na versão sem ventilação. Suspensão com seis pontos de fixação, carneira em polietileno de alta densidade, com regulagem através de ajuste fácil. Na cor branca.

**3.1.3. COLETE UNISSEX, COM GOLA REDONDA EM BRIM CINZA (CONFORME ESPECIFICAÇÃO CMYK DE COR E TONALIDADE)**

Colete unissex, com gola redonda em brim cinza (conforme especificação cmyk de cor e tonalidade), 2 bolsos frontais inferiores internos sem fechamento (botões ou zíperes), 2 faixas reflexivas superiores de segurança frontais e 1 faixa reflexiva de segurança superior traseira. Na parte frontal superior, lado direito, abaixo da faixa reflexiva, haverá o brasão do estado de goiás, bordado e logo abaixo dele a inscrição "estado de goiás" em branco bordados, já do lado esquerdo, abaixo da faixa reflexiva haverá a inscrição "secretaria de estado da educação" em branco bordado.

## MODELO COLETE EM TECIDO



### 3.1.4. LUVA ANTICORTE DE POLIETILENO ALTA DENSIDADE COM BANHO DE PU

Confeccionada em polietileno de alta densidade, recoberta de poliuretano na palma e nos dedos. Possui alta resistência contra cortes de lâminas e metais. O banho em PU é ideal para atividades com peças úmidas\*. Seu formato anatômico e o dorso ventilado, proporcionam excelente conforto para períodos prolongados de uso. Características Gerais: Composição: Fibra de vidro / Polietileno HPPE, Acabamento: Palmar e pontas dos dedos com PU. Vantagens: Alto nível de proteção contra corte. Ideal para manuseio de peças cortantes com umidade. Dorso ventilado para melhor conforto térmico

### 3.1.5. LUVA EMBORRACHADA NITRILICA COM PUNHO LONGO, COM FORRO

Material: As luvas são feitas de borracha nitrilica, que é um material sintético que proporciona uma excelente resistência a produtos químicos e uma boa durabilidade.

Espessura: A espessura das luvas nitrilicas pode variar, geralmente variando entre 0,08 mm e 0,15 mm.

Acabamento: O acabamento da superfície pode ser texturizado ou liso.

Forro: Possuir forro interno de algodão ou poliéster para aumentar o conforto e a absorção de suor.

Comprimento: O comprimento das luvas deve ser cobrindo o pulso e podendo se estender até o antebraço para uma proteção mais ampla.

Normas de segurança: As luvas nitrilicas podem atender a diferentes normas de segurança, como a EN ISO 374, que estabelece requisitos para proteção contra produtos químicos e micro-organismos.

### 3.1.6. TRENA A LASER 50M GLM PROFISSIONAL A BATERIA

Alcance de medição: 50 metros;

Precisão: Geralmente possui uma precisão de  $\pm 1,5$  mm;

Unidades de medida: Pode fornecer medições em metros, polegadas, pés ou outras unidades comuns;

Funções adicionais: Medição contínua, cálculo de área e volume, medição indireta e medição de altura com recurso de inclinômetro;

Tecnologia de medição: Utiliza tecnologia a laser para medir distâncias com precisão;

Display: Display digital para exibir as medições;

Bateria: Alimentado por uma bateria recarregável, como uma bateria de íon de lítio;

Conectividade: Bluetooth ou USB para transferir dados para um dispositivo móvel ou computador;

Design: Pode apresentar um formato ergonômico e robusto, com botões de operação fáceis de usar

### 3.1.7. TRENA MANUAL COM FITA METÁLICA 10M X 25MM EMBORRACHADA

Trena manual com fita metálica emborrachada de 10 metros de comprimento por 25 milímetros de largura;

Comprimento da fita: 10 metros, largura da fita: 25 milímetros;

Material da fita: Metálica;

Revestimento da fita: Emborrachado;

### 3.1.8. DRONE PROFISSIONAL COM CÂMERA HD ALTA RESOLUÇÃO

Resolução da câmera: HD (High Definition) Formato de vídeo: MP4, MOV ou similar;

Resolução de vídeo: 720p, 1080p, 2.7K, 4K ou superior;

Resolução de fotos: 12 megapixels (ou superior);

Estabilização de imagem: Gimbal de 3 eixos para capturas suaves e estáveis;

Funções adicionais da câmera: Modos de disparo, como disparo contínuo, HDR e time-lapse;

Armazenamento de mídia: Cartão de memória (MicroSD);

Transmissão ao vivo: Capacidade de transmitir vídeo em tempo real para um dispositivo móvel ou controle remoto;

Controle da câmera: Controlar a inclinação e o ângulo de visão da câmera remotamente;

Características adicional: Sensor Anti Colisão, WiFi 5Ggz;

### 3.1.9. PRANCHETA FÓRMICA A4

Tamanho: A4, que é o tamanho padrão de 210 mm x 297 mm (8,27 polegadas x 11,69 polegadas);

Material: Fórmica, que é um laminado termorrígido resistente e durável;

Prendedor: Possui um prendedor ou presilha na parte superior para segurar as folhas de papel no lugar;

Superfície: A superfície da prancheta fórmica é lisa, permitindo uma escrita ou desenho mais suave;

Durabilidade: A fórmica é conhecida por ser resistente a riscos, manchas e danos;

Peso: Geralmente é leve e fácil de transportar;

Acabamento: Pode ter bordas arredondadas ou retas;

### 3.1.10. PAQUÍMETRO DIGITAL 150MM 0,1MM PROFISSIONAL

Capacidade de medição: 150 mm (ou 6 polegadas, dependendo do sistema de medida);

Resolução: 0,1 mm (ou 0,01 polegadas, dependendo do sistema de medida);

Precisão: Geralmente possui uma precisão de  $\pm 0,02$  mm (ou  $\pm 0,001$  polegadas);

Unidades de medida: Pode fornecer medições em milímetros e polegadas;

Tela: Possui uma tela digital para exibir as medições de forma clara e precisa;

Funções adicionais: Pode incluir funções como medição absoluta e relativa, conversão entre milímetros e polegadas, função de retenção de valor, função de ajuste zero, entre outras;

Material: Aço inoxidável ou outro material resistente para garantir durabilidade e precisão;

Alimentação: Baterias de célula de relógio (geralmente do tipo SR44 ou similar);

Design: Pode apresentar um formato ergonômico, com botões de operação fáceis de usar e uma construção resistente para uso profissional;

#### **3.1.11. DETECTOR E SCANNER DE PAREDE 150MM**

Profundidade de detecção: Detectar objetos ocultos com uma profundidade de até 150 mm (ou 15 cm) na parede, dependendo do modelo e das condições de construção;

Modos de detecção: Detecta tubos de plástico, metais ferrosos, metais não ferrosos, estruturas em madeira, condutores elétricos, e PVC com e sem água,

Indicação de detecção: Indicação visual, como luzes LED ou uma tela LCD, para mostrar a presença e a posição dos objetos detectados na parede.

Calibração automática: Calibração automática para garantir a precisão das detecções.

Função de marcação: Função de marcação que permite ao usuário marcar a localização dos objetos detectados na parede.

Modo de escaneamento: Modo de escaneamento que permite uma detecção mais ampla e rápida da área.

Alimentação: Baterias recarregáveis.

Design: Pode ter um design compacto e ergonômico, com botões de operação fáceis de usar e uma construção durável para uso em ambientes de trabalho.

#### **3.1.12. NÍVEL LASER PROFISSIONAL TRENA LEVEL PRO 3 ESTÁGIOS NIVELADOR (COM TRENA E REGUA)**

Laser com interruptor, base com régua em alumínio de 6 polegadas e trena de aço de 2,5 metros.

Trena de 2.5m

Laser 63-680nm Max output 5mW Class IIIa

Laser atinge até 8m de distância

Funciona com 3 baterias AG13

Nível com 3 linhas

Régua em centímetros e polegadas

Projeta o feixe na horizontal, vertical ou em cruz

Peso Aproximado: 180 Gramas

Dimensões aproximadas: 18.5 x 6.2 x 2.8 cm

#### **3.1.13. LANTERNA TÁTICA DE LONGO ALCANCE POTENTE RECARREGÁVEL PROFISSIONAL**

Potência de iluminação: Potência elevada, de 5.000;

Alcance de iluminação: Projetada para proporcionar um alcance de iluminação significativo, geralmente entre 500 a 1000 metros.

Tipo de LED: LEDs de alta potência, como LEDs CREE ou similares, para fornecer uma iluminação brilhante e concentrada.

Modos de iluminação: Diferentes modos de iluminação, como alto, médio, baixo, estroboscópio (piscante) e SOS, permitindo ajustar a intensidade de iluminação conforme necessário.

Recarregável: Possuir uma bateria recarregável embutida que pode ser recarregada através de um cabo USB ou um carregador específico.

Material e design: Ser construída com materiais duráveis, como alumínio de aviação, com design resistente a impactos e à prova d'água (geralmente com classificação IPX6 ou superior).

Recursos adicionais: Possuir zoom ajustável, foco regulável, função de memória de modo, indicador de bateria, interruptor de pressão tátil, entre outros.

#### **3.1.14. SUPORTE COM PRISMA PARA TOPOGRAFIA**

Materiais: O suporte com prisma é geralmente construído com materiais leves, como alumínio ou fibra de carbono, para facilitar o transporte e o manuseio no campo.

Ajustabilidade: O suporte deve ser ajustável em altura e ângulo, permitindo posicionar o prisma na altura adequada para as medições desejadas.

Fixação: O suporte deve ter um sistema de fixação seguro para prender o prisma, garantindo que ele permaneça estável durante as medições.

Base: A base do suporte deve ser estável e segura, com pés ajustáveis ou estacas para nivelar o suporte em terrenos irregulares.

Prisma: O suporte deve ser compatível com o tamanho e o tipo de prisma utilizado, garantindo uma fixação firme e adequada.

Transporte: O suporte deve ser desmontável ou dobrável, facilitando o transporte e o armazenamento quando não estiver em uso.

#### **3.1.15. BASTÃO TELESCÓPICO DE ALUMÍNIO 2,6M PARA PRISMA**

Altura máxima 2,6 metros

Gradação em centímetros

Bolha de nível circular

Rosca de engate 5/8"

#### **3.1.16. BOLHA DE NÍVEL PARA BASTÃO 32MM**

Diâmetro da bolha: 32mm

Material: Corpo da bolha é feito de acrílico transparente

Precisão: A precisão da bolha de nível +/- 15 a 30 segundos de arco.

Bolha: A bolha de nível contém um fluido dentro de um tubo curvo. Quando o bastão está nivelado, a bolha se posiciona no centro do tubo, indicando o nivelamento.

Gradações: Linhas de gradação em seu corpo para permitir uma leitura mais precisa

Encaixe: A bolha de nível de 32mm possui uma base plana ou um adaptador para encaixar no bastão telescópico;

Montagem: A bolha de nível deve ser montada no topo do bastão telescópico usando uma rosca ou um sistema de encaixe adequado.

#### **3.1.17. BATERIA PARA ESTAÇÃO TOTAL MODELO TOPCON OS 102**

Tipo de bateria: Bateria de Íon-Lítio

Modelo: BDC46B

Tensão: 7,2 volts

Capacidade: Geralmente possui capacidade de 2,6 Ah (Amperes-hora)

Compatibilidade: Projetada especificamente para ser utilizada com a estação total Topcon OS 102

Recarregável: Sim, a bateria pode ser recarregada utilizando um carregador apropriado.

#### **3.1.18. TRENA DE BOLSO DE 5M 16MM**

Comprimento da fita: 5 metros (500 centímetros)

Largura da fita: 16 mm

Unidades de medida: Pode ser em centímetros e metros;

Material da fita: A fita deverá ser feita de aço ou fibra de vidro para garantir resistência e durabilidade;

Mecanismo de recolhimento: A trena de bolso possui um mecanismo de mola que permite recolher a fita após o uso;

Bloqueio da fita: Possuir um botão ou trava que permite fixar a fita em uma determinada posição para facilitar a leitura das medidas

Clipe de cinto: Possuir um clipe na parte traseira que permite prender a trena ao cinto ou a outros objetos para facilitar o transporte

#### **3.1.19. MARTELO DE UNHA DE 27MM COM CABO DE MADEIRA**

Tamanho da cabeça: 27 mm de diâmetro

Material da cabeça: A cabeça do martelo é feita de aço temperado para maior durabilidade e resistência ao impacto

Formato da cabeça: A cabeça do martelo de unha tem uma forma cônica para facilitar o posicionamento e a remoção de pregos

Cabo: O cabo do martelo é feito de madeira, como madeira de lei ou madeira de freixo, proporcionando uma pegada confortável e resistência ao impacto

Comprimento do cabo: O comprimento do cabo pode variar, mas geralmente varia de 30 cm a 40 cm para um bom equilíbrio e controle durante o uso

Fixação da cabeça ao cabo: A cabeça do martelo pode ser fixada ao cabo por meio de encaixe de cunha ou por meio de parafusos e anéis de fixação

Peso: O peso do martelo pode variar, mas um martelo de unha com cabeça de 27 mm geralmente tem um peso entre 400g e 600g

### 3.1.20. PERNEIRA DE PROTEÇÃO 3 TALAS

Material: A perneira de proteção é feita de materiais resistentes, como couro, nylon, poliéster ou outro tecido durável e resistente a rasgos.

Talas: A perneira possui três talas (também conhecidas como ripas, varetas ou reforços) inseridas ao longo da perna para fornecer proteção adicional contra impactos e cortes. Essas talas são feitas de materiais como plástico resistente ou metal.

Fixação: A perneira é projetada para envolver a perna e geralmente é presa no lugar por meio de alças de fixação ajustáveis ou presilhas com fecho de velcro, fivelas ou encaixes.

Cobertura: A perneira cobre toda a perna, geralmente desde o tornozelo até logo abaixo do joelho, fornecendo proteção em toda a área.

Ajuste: É importante que a perneira seja ajustável para se adaptar a diferentes tamanhos de perna, permitindo um ajuste seguro e confortável.

Normas de segurança: A perneira de proteção pode ser projetada de acordo com normas de segurança específicas, como a Norma Regulamentadora NR-6 no Brasil, que estabelece requisitos de segurança para equipamentos de proteção individual (EPIs).

### 3.1.21. RÁDIO COMUNICADOR 56KM PAR 2

Alcance: Até 56 km (em condições ideais)

Alimentação: Até 9h com Bateria NiMH ou Até 23h com 3x Pilhas Alcalinas AA

Canais: 22 canais, cada um com 121 códigos de privacidade

Dimensões: 19,76x6,09x3,81cm (LxAxP)

Embalagem: Caixa com 2 Rádios (1 Par)

Entradas: Acessório de Áudio e Micro USB (Recarga)

Presilhas de cinto

Guia do usuário

20 tons de chamada

Possuir Vídeo

Frequência 462~467MHz (UHF)

Visor: Retroiluminado

### 3.1.22. Prego com cabeça 22x54

O Prego com Cabeça possui corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante.

Dimensões (C x L x A): 7 x 7 x 15 cm

### 3.1.23. ALICATE UNIVERSAL ISOLADO 1000V 8 POLEGADAS

Tamanho: 8 polegadas (cerca de 20 cm)

Material: O corpo do alicate é feito de aço endurecido ou cromovanádio para fornecer durabilidade e resistência ao desgaste.

Isolação: O alicate é isolado eletricamente para suportar tensões de até 1000V.

Isolação do cabo: O cabo do alicate possui uma camada externa isolante feita de material como borracha ou plástico, proporcionando uma camada adicional de proteção.

Mandíbulas: As mandíbulas do alicate universal são projetadas para fornecer uma variedade de funcionalidades, como corte de fios, aperto de peças e torção.

Normas de segurança: Esses alicates são projetados de acordo com normas de segurança específicas, como a norma IEC 60900, que estabelece os requisitos para ferramentas isoladas.

### 3.1.24. CHAVE DE FENDA 3,5MM PARA TESTE ELÉTRICO ISOLADA

Tamanho da ponta: 3,5 mm

Material da haste: A haste da chave de fenda é feita de aço endurecido ou cromovanádio para fornecer durabilidade e resistência ao desgaste.

Isolação: A chave de fenda possui um isolamento elétrico que permite ao usuário testar circuitos elétricos com segurança. O isolamento é feito de material isolante, como plástico ou borracha.

Isolação da haste: A haste da chave de fenda é completamente isolada, evitando qualquer contato direto com os condutores elétricos.

Empunhadura: A chave de fenda isolada possui uma empunhadura ergonômica e confortável, proporcionando um bom agarre durante o uso.

Normas de segurança: Essas chaves de fenda são projetadas em conformidade com normas de segurança específicas, como a norma IEC 60900, que estabelece os requisitos para ferramentas isoladas para trabalhos em eletricidade.

### 3.1.25. MULTÍMETRO DIGITAL PARA MEDIÇÃO ATÉ 1000V

Tensão máxima de medição: Até 1000V em corrente contínua (DC) e corrente alternada (AC).

Faixas de medição: O multímetro pode oferecer várias faixas de medição para a tensão, como 200V, 500V, 1000V, entre outras, permitindo escolher a faixa adequada para a medição específica.

Precisão: A precisão do multímetro digital pode variar, mas é comum encontrar uma precisão de 0,5% a 1% do valor medido.

Funções adicionais: Além das medições de tensão, o multímetro pode oferecer funções adicionais, como medição de corrente, resistência, capacitância, frequência, testes de continuidade, diodos e temperatura.

Display: O multímetro geralmente possui um display de fácil leitura, onde os valores medidos são exibidos em dígitos.

Proteção: É importante que o multímetro digital tenha proteção contra sobrecarga, tanto na faixa de tensão máxima como na faixa de corrente máxima, para garantir a segurança do usuário e do equipamento.

Alimentação: O multímetro é alimentado por pilhas ou baterias, geralmente do tipo AA ou AAA.

Normas de segurança: Multímetros digitais devem estar em conformidade com normas de segurança, como a norma IEC 61010, que estabelece os requisitos para equipamentos de teste e medição elétrica.

### 3.1.26. CANETA DETECTORA DE TENSÃO CORRENTE ELÉTRICA

Princípio de funcionamento: A caneta detectora utiliza o princípio de indução eletromagnética para detectar a presença de um campo elétrico ou magnético em torno de um condutor energizado.

Indicação de tensão: A caneta deverá emitir um sinal sonoro, uma luz piscante ou ter um display de LED que indica a presença de tensão elétrica.

Faixa de tensão: As canetas detectora de tensão possui uma faixa de tensão específica, como 12-1000V ou 90-1000V, dependendo do modelo.

Indicação de corrente: Algumas canetas detectora podem ser capazes de identificar a presença de corrente elétrica em um circuito, normalmente com uma indicação visual ou sonora.

Deteção sem contato: A caneta permite detectar a tensão ou corrente elétrica sem a necessidade de tocar nos fios ou condutores.

Alimentação: A caneta detectora é alimentada por bateria, geralmente uma pilha ou bateria de tamanho comum, como AAA.

Normas de segurança: Essas ferramentas devem estar em conformidade com normas de segurança elétrica, como a norma IEC 61010.

### 3.1.27. ALICATE AMPERÍMETRO 1000A AC ET-3200

Faixa de medição: O alicate amperímetro ET-3200 é capaz de medir correntes elétricas alternadas (AC) de até 1000 amperes.

Precisão: A precisão do alicate amperímetro é de +/- 2% a +/- 3% do valor medido.

Funções adicionais: Além da medição de corrente AC, o alicate amperímetro ET-3200 deverá oferecer outras funções, como medição de tensão AC/DC, resistência, frequência, teste de continuidade e diodo.

Display: O alicate amperímetro deve possuir um display de fácil leitura que exibe as leituras numéricas e, possivelmente, uma barra gráfica.

Alimentação: O alicate amperímetro é alimentado por bateria, normalmente baterias de tamanho comum, como pilhas AAA.

Abertura de garra: A abertura da garra (mordentes) do alicate amperímetro no modelo ET-3200, a abertura é de até 40 mm, permitindo medições em cabos de diâmetros diferentes.

Normas de segurança: O alicate amperímetro deve estar em conformidade com normas de segurança elétrica, como a norma IEC 61010.

### 3.1.28. PARAFUSADEIRA

Parafusadeira 25v Carregador Inteligente 02 Baterias Bivolt

Parafusadeira/Furadeira à bateria é indicada para soltar e apertar parafusos fazer furos em madeiras ou metais. Conta com carregador bivolt Inteligente automático. Possui regulagem para 18 posições de torque e 1 posição para perfuração, LED para melhor visibilidade do local de trabalho e cabo com revestimento emborrachado, proporcionando maior conforto ao operador. Possui 02 baterias de íons de lítio que confere alta eficiência de operação e indicador de carga da bateria.

Tensão da bateria: 25volts

Tipo de velocidade: Variável

Tempo de carga da bateria: 02 horas

Torque máximo/ força de aperto: 24 N.m (2,3 kgf.m)

Capacidade máxima de perfuração em aço:10,0 mm

Capacidade máxima de perfuração em madeira: 16,0 mm

Rotação da Furadeira/parafusadeira:0 - 1850/min

### 3.1.29. TESTADOR DE CONTINUIDADE

Megôhmeter Digital Remota E Local, Alimentação Bateria De 9 Volts, Confirmação De Continuidade Igual Ou Inferior A 2,0k Ohms, Verificação De Distância Do Cabo 3.000m

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1.. O(s) Período(s) de vigência do(s) Contrato(s) advindos da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_ serão definidos na formalização do instrumento contratual, **que o prazo total será de 4 (quatro) meses**, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.;

## 5. CLÁUSULA QUINTA – CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado servidor representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.4. A vigência do contrato terá como prazo total de **4 (quatro) meses**.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, acompanhado da devida Nota Fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;

6.2. Toda entrega que será feita sob demanda, será submetida a apreciação do produto para verificação se o mesmo está conforme a aquisição, sendo assim, em qualquer das entregas, se for notada qualquer divergência do produto entregue ao produto solicitado poderá ser rejeitado, e notificada e empresa para que seja resolvida a falha;

6.3. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, para verificação da qualidade e quantidade do material, e consequente aceitação, e, se confirmada à conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pelos gestores responsáveis;

6.4. A contratante rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (Código de defesa do consumidor – Lei nº 8.078/90);

6.5. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de entrega;

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

6.7. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante Nota Fiscal emitida pela Contratada e devidamente atestada pela Contratante, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

7.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto

## 8. CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

8.1. A entrega dos materiais deverá ser integral e imediata após a emissão da Ordem de Fornecimento na sede da Secretaria Estadual de Educação, situada na Quinta Avenida, Quadra 71, n.º 212, Setor Leste Vila Nova, CEP 74643-030, Goiânia-GO, no horário e data agendados com a Gerência de Patrimônio, fone: (62) 3220-9518.

8.2. O transporte e a entrega dos itens licitados, objeto do Termo de Referência, são de responsabilidade da empresa (contratada), inclusive a descarga;

8.3. Fica assegurado ao Órgão Contratante o direito de rejeitar os equipamentos entregues em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, ficando a empresa (contratada) obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, no prazo descrito no item 5.5 do Termo de Referência.

8.4. Caso a substituição dos equipamentos não ocorra no prazo determinado, estará a empresa (contratada) incorrendo em atraso na entrega e sujeito a aplicação das sanções legais;

8.5. O aceite ou aprovação dos equipamentos pelo Órgão Contratante não exclui a responsabilidade civil nem a ético-profissional da empresa (Contratada) por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se a Secretaria de Estado da Educação as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;

## 9. CLÁUSULA NONA – DO VALOR

9.1. O valor total deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme Termo de Homologação do Pregão Eletrônico SRP constante no evento \_\_\_\_\_.

9.2. A despesa correrá conforme quadro abaixo e conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, referente ao período de \_\_\_\_\_, no total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

9.2.1. No exercício seguinte, as despesas ocorrerão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programas, ficando a CONTRATANTE obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho Complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

Descrição	Código	Denominação
-----------	--------	-------------

### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

### FUNÇÃO

### SUBFUNÇÃO

**PROGRAMA****AÇÃO****GRUPO DE DESPESA****FONTE DE RECURSO****MODALIDADE APLICAÇÃO**

9.3. Nos preços acima, estão incluídos todos os impostos, seguros, despesas, custos e encargos devidos em razão da execução deste contrato.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

10.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto deste instrumento, os valores constantes da cláusula segunda deste contrato, mediante a apresentação da(s) fatura(s)/nota(s) fiscal(is) referente(s) à entrega dos bens ou à prestação dos serviços, devidamente atestada(s) pelo Responsável pela Unidade Beneficiária, correspondente a(s) Ordem(ns) de Fornecimento efetivamente cumprida(s).

10.2. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) à entrega dos bens ou à prestação dos serviços deverão ser protocolizadas na sede administrativa do **CONTRATANTE** devidamente acompanhadas do relatório de fornecimento, observadas as condições e cláusulas deste contrato, emitido pela Unidade Beneficiária.

10.3. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) à(s) compra(s) deverá(ão) atender as exigências dos órgãos de fiscalização inclusive quanto ao prazo de autorização para emissão e ainda, serem protocolizadas na sede administrativa do **CONTRATANTE** devidamente acompanhadas de relatório da(s) compra(s), observadas as condições e cláusulas deste contrato, emitido pela Unidade Beneficiária, com a descrição e quantitativo do item, conforme o solicitado na ordem de fornecimento/serviço, lote, validade, marca, número do processo, número do empenho, número do procedimento, tipo de licitação, valor unitário e total de cada item.

10.4. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) à(s) Ordem de Fornecimento(s) será(ão) objeto de conferência e aprovação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de sua respectiva protocolização.

10.5. As contas serão pagas até o 30º (trigésimo) dia após a efetiva entrega dos produtos, objeto do presente instrumento, mediante a apresentação da(s) respectiva(s) fatura(s), devidamente atestada(s) pelo Diretor/Responsável pela Unidade Beneficiária, obedecida, em qualquer caso, a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto estadual nº 9.561/2019.

10.6. A Contratada deverá informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento.

10.7. Ocorrendo atraso no pagamento, a contratada fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

**EM = N x Vp x (I/365)** onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso do pagamento;

N = Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES****11.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), substituindo e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos;

11.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do termo de referência;

11.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.6. A Empresa (contratada) deverá oferecer garantia legal referente a todos os itens, prevista no Código do Consumidor de 3 (três) meses.

11.7. Empresa (contratada) não poderá transferir em todo ou em parte as obrigações assumidas no termo de referência;

11.8. Empresa (contratada) será responsável pelos danos causados, diretamente ao Órgão ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

11.9. Cumprir com os prazos de execução do serviço e entrega, determinados no Termo de Referência;

11.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários a execução/entrega dos bens adquiridos;

11.11. Acatar as instruções e observações provenientes da Contratante, através do Setor Competente, substituindo qualquer bem que não seja aceito por não conformidade com o que determina o TR;

11.12. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante, através do seu setor competente, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução antes ou durante a entrega que possa atrasar ou inviabilizar a conclusão, demonstrando previamente as medidas tomadas para sanar o problema, comunicando ao setor competente;

11.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

**11.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Designar por meio de portaria 03 (três) servidores da Secretaria de Estado da Educação para o recebimento de material e atesto da Nota Fiscal do objeto executado conforme disposições do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e arts. 51 a 54 da Lei estadual nº 17.928/2012;

11.2. Verificar minuciosamente, no ato do recebimento, a conformidade do produto, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de notificação da empresa em caso de mudança da qualidade/objeto e em caso de descumprimento, serão tomadas providências pelo gestor do contrato;

11.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato celebrado com a Secretaria de Estado da Educação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.6. A contratante deverá efetuar o pagamento à contratada observando a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite do produto entregue, bem como rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a empresa vencedora apresentar fora das especificações do Edital e seus anexos.

11.7. A(s) nota(s) fiscal(is) relativa(s) ao(s) fornecimento(s) deverão ser protocolizadas pelo gestor do contrato, devidamente acompanhadas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I – não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II – não entregar a documentação exigida no edital;

III – apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V – não manter a proposta;

VI – falhar na execução do contrato;

VII – fraudar a execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo;

IX – declarar informações falsas; e

X – cometer fraude fiscal.

12.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa da adjudicatária em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data da sua convocação;
- II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
- III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- IV - Se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;
- V - Se for decretada falência ou concordata (recuperação judicial), da CONTRATADA;
- V - Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- VII - Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- VIII - A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado;
- IX - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- X - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XII - O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- XII - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.
- Parágrafo 3º – Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- Parágrafo 4º – As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR;
- Parágrafo 5º – As sanções descritas neste, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;
- Parágrafo 6º – A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- Parágrafo 7º – As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- Parágrafo 8º – Não será aplicada multa se o atraso na prestação do serviço resultar de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovada.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.2. Após a celebração do contrato, se já transcorrido o período de 12 (doze) meses da vigência da ata, o valor poderá ser reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

- $R = P0 \times [(IPCA_n / IPCA0) - 1]$
- Onde:
- R = parcela de reajuste;
- P0 = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;
- IPCAn = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;
- IPCA0 = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

São formas/hipóteses de rescisão:

- 14.1 Mútuo interesse e acordo entre as partes, atendida a conveniência da CONTRATANTE, mediante autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, tendo a CONTRATADA direito de receber o valor dos serviços executados;
- 14.2 O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à CONTRATADA a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pela execução do contrato; e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta;
- 14.3 Unilateralmente pela CONTRATANTE sem pagamento de qualquer indenização independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, após apuração de responsabilidade em razão de qualquer das condutas previstas no item DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;
- 14.4 Unilateralmente, pela CONTRATANTE, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 14.5 Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE suprimir os serviços além dos limites legais do valor inicial do contrato;
- 14.6 Proposto pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 14.7 Proposto pela CONTRATADA, em decorrência do atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 14.8 Proposto pela CONTRATADA, na hipótese de não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 14.9 Proposto por qualquer das partes, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 14.10 Os casos de rescisão unilateral acarretarão as consequências previstas no Artigo 80 da Lei federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações, sem prejuízo das sanções previstas no contrato e na legislação de regência.
- 14.11 Estarão assegurados os direitos da Administração nos casos de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO GESTOR DO CONTRATO

15.1 – A Secretária de Estado da Educação indicará um gestor de recebimento para fiscalizar, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato em todas as suas fases, até o recebimento definitivo do objeto, nos termos dos artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928/2012.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

16.1 - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congêneres, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação e Mediação da Administração Estadual (CCM), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO

18.1. Este contrato guarda conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 026/2023, vinculando-se ao Processo nº 2023.0000.610.1897 e a proposta da Contratada.

### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REGISTRO E FORO

19.1. O presente contrato será objeto de oportuna apreciação junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

19.2. Aos casos omissos deverão ser aplicados os seguintes diplomas legais: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 9.666/2020, e, Lei Federal nº 8.666/93 e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

19.3. Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios acaso surgidos em decorrência do presente instrumento.

E por estarem acordos, assinam este instrumento os representantes das partes e as testemunhas, em três vias de igual teor e forma para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Goiânia, \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ de 2023.

CONTRATANTE:

**APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA**  
Secretária de Estado da Educação

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2 \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. V, ART. 27 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E INC. XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1.988

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, da não-realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura e carimbo

#### ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2023

Processo nº 2023.0000.610.1897

Todos os campos são de preenchimento obrigatório

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Banco:

Agência: (nome/nº)

Conta Corrente:

Dados do Signatário – para assinatura do contrato

Nome:

Cargo:

Nacionalidade:

Identidade:

CPF:

Item	Especificações Produto/Marca	do	Unidade	Quantidade	Preço Unitário <b>COM</b> ICMS (R\$)	Preço Total <b>COM</b> ICMS (R\$)	Preço Unitário <b>SEM</b> ICMS (R\$)	Preço 1
------	---------------------------------	----	---------	------------	--------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------	---------

Valor Total da Proposta **COM** ICMS (por extenso):

Valor Total da Proposta **SEM** ICMS (por extenso):

Convênio ICMS? Sim – ( ) Não – ( )

- Informar, no que couber, a alíquota do ICMS.
- Observar as exigências constantes nas Cláusulas deste Edital.
- Declaro que a validade da proposta é de **120 (Cento e Vinte) dias** corridos, a contar da data de abertura da licitação.
- Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Est que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (**Convênio ICMS 26/**
- Declaro que nesta Proposta de Preços estão incluídos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete e até o destino e quaisquer outros ônus que recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria.
- Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

#### DATAR E ASSINAR

#### ANEXO VI

#### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE CADASTRAL – CRC

A licitante poderá apresentar o CRC em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme listados abaixo:

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1 – Documentos Pessoais (cópias autenticadas válidas):
- 1.1.1 – Sociedade Empresarial Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Microempresa - ME, ou Empresa de Pequeno Porte - EPP: Cédula de Identidade, CPF do (s) representante (s) legal (is), do sócio (s), procurador (es), Administrador (es). Quando for o caso comprovante de inscrição e situação cadastral da Receita Federal – CNPJ da (s) empresa (s) sócia (s) quotista (s) e o procurador (es). Somente da empresa a ser cadastrada.
- 1.1.2 – Empresa de Sociedade Anônima: Cédula de Identidade, CPF de todos os Diretores e Administrador (es). Quando for o caso comprovante de inscrição e situação cadastral da Receita Federal – CNPJ da (s) empresa (s), sócia (s) quotista (s) e o procurador (es). Somente da empresa a ser cadastrada.
- 1.2 – Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas respectivas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial do domicílio do interessado.
- 1.2.1 – Sendo o interessado, Sociedade Comercial, Instituto, Cooperativa ou Sociedade anônima: apresentar a ata de eleição de seus administradores, na forma legal;
- 1.2.2 – Sendo o interessado, Empresário Individual: apresentar Requerimento do Empresário, expedido pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República e registrado na Junta Comercial do domicílio do interessado.
- 1.2.3 – Sendo o interessado, Sociedade Civil (Sociedade Simples): apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- 1.3 – Ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando o interessado for empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e a atividade empresarial assim o exigir.
- 1.4 – Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade empresarial assim o exigir (Ex.: ANEEL, ANATEL, Vigilância Sanitária, Licença Ambiental, ANVISA).
- 1.5 – Certidão Simplificada ou Termo de Enquadramento do ano vigente, comprovando a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (em atenção ao artigo 1º e 8º da IN nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC), expedido pela Junta Comercial do domicílio do interessado, caso cumpra os requisitos legais para esse enquadramento, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006. 1.6 - Comprovante de inscrição do CNPJ, emitido pela Receita Federal do Brasil, expedido no ano vigente.

#### 2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

- 2.1 – Balanço Patrimonial (Termo de abertura, ativo, passivo, Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento do livro diário) do último exercício social.
- 2.1.1 – Os documentos acima deverão estar registrados na Junta Comercial ou em cartório (quando a Lei permitir), do domicílio do interessado, apresentados paginados, de forma sequencial (em atenção à IN nº 107/2008-DNRC) e com todas as folhas assinadas pelo interessado e pelo contador responsável (em atenção ao Ofício-Circular nº 116/2007-DNRC);
- 2.1.2 – É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios;
- 2.1.3 – No envio do Balanço Patrimonial, quando da renovação ou atualização, deverá ser preenchido e enviado o formulário que encontra-se disponível no Site: “comprasnet.go.gov.br” ícone Cadastro de Fornecedor, “Formulário de Dados Patrimoniais”, assinado pelo Representante da Empresa e o Contador, com reconhecimento de firma de ambos. Os valores do “Formulário de Dados Patrimoniais” deverão estar em conformidade com as demonstrações contábeis que compõem o livro diário ou com Sistema Público de Escrituração Digital – SPED do último exercício social. É de total responsabilidade da empresa as informações enviadas, inclusive passível de penalidades caso os dados não sejam verídicos.
- 2.2 – Em observância à legislação pertinente aquele interessado que se encontra obrigado a realizar a escrituração contábil na forma digital, deverá apresentar cópia impressa do arquivo transmitido ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED da Receita Federal do Brasil, contendo os seguintes documentos: Recibo de Entrega, Termo de abertura, ativo, passivo, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e Termo de Encerramento do último exercício social.
- 2.3 – Sendo o interessado um Micro Empreendedor Individual – MEI, empresa enquadrada como Microempresa – ME ou empresa de Pequeno Porte – EPP e optar por não apresentar o solicitado no item 2.1, deverá apresentar Declaração devidamente preenchida e assinada pelo (s) representante (s) legal (is) que se encontra no Site: “comprasnet.go.gov.br” ícone Cadastro de Fornecedor, Declaração de Isenção do Balanço Patrimonial, de acordo com a prerrogativa do artigo 2-A do Decreto Estadual nº 7.466/2011.
- “Art. 2º- A Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.”
- 2.4 – Certidão Negativa de falência ou concordata expedida por Cartório de Distribuidor de Ações e Falência e Concordata do domicílio da empresa.

#### 3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (CERTIDÃO NEGATIVA)

- 3.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado de Goiás, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa);
- 3.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio do interessado;
- 3.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do interessado;
- 3.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02.10.2014), expedida pela Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- 3.5 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF (Certificado da Regularidade do FGTS – CRF);
- 3.6 – Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista);
- 3.7 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (Ex.: Comprovante de inscrição estadual ou Comprovante de inscrição municipal).

#### Notas:

- 1) Caso seja apresentado o Certificado de Regularidade Cadastral - CRC, emitido pelo Cadastro de Fornecedores da Gerência de Aquisições Corporativas da SEAD, este deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.
- 2) A licitante que não tenha apresentado o balanço, nos termos do item 3 acima para a consecução do CRC, dever também apresentá-lo para análise.

GOIÂNIA, 28 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA BATISTA LAGO, Gerente, em 29/11/2023, às 15:29, conforme art. 2º, § 2º, III, “b”, da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **54205569** e o código CRC **7E01ADIE**.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO  
QUINTA AVENIDA 212 Qd.71 Lt.S/L, S/N - Bairro SETOR LESTE VILA NOVA - GOIANIA - GO - CEP 74643-030.



Referência: Processo nº 202300006101897



SEI 54205569